

500 MIL MORTOS! FORA, BOLSONARO

#19J: No dia que o Brasil atinge a triste marca de meio milhão de vidas perdidas pela condução criminosa do governo genocida na pandemia, 750 mil pessoas ganham as ruas em mais de 400 cidades no Brasil e no exterior para gritar seu repúdio. E vai ter mais

focus
BRASIL

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cantalice

Fundação
Herbert de Azevedo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

INSTITUTO
Cruz

LAURO CAIXES E
MARTELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJILDO

Herbert de Azevedo

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira
dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino,
Elói Pietá, Flávio Jorge Rodrigues, Helena Abramo, Iole
Iliada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais Abramo,
Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da Silva, Maria
Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu Faria, Nilma
Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel Soledade
Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes,
Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091



**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

transmissão



DCM Forth



SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

A CULPA PELOS 500 MIL MORTOS É DO GENOCIDA

ENTREVISTA. Vivaldo
Barbosa vê em Lula o grande
líder para conduzir a Nação
Página 4

PROTESTOS. O povo ganha
as ruas contra o governo
da morte de Jair Bolsonaro
Página 11

PROVAS. CPI tem indícios da
responsabilidade direta do
Planalto pela crise sanitária
Página 25

LULA. No Rio, ex-presidente
tem encontros com políticos,
artistas e líderes comunitários
Página 27

TRATOR. Na Câmara, Arthur
Lira vai passando a boiada e
promovendo retrocessos
Página 29

ELETROBRÁS. Senado aprova
a venda da estatal e promove
a entrega do setor elétrico
Página 31

CULTURA. Governo ameaça
artistas e intelectuais, corta
verbas e aprofunda a guerra
Página 48

POVO NAS RUAS E A CENTRALIDADE DE LULA

Aloizio Mercadante *

As gigantescas manifestações populares de sábado dão a medida do grau de insatisfação e degradação do governo. **Mais de 750 mil brasileiros foram às ruas.** Um verdadeiro contraste quando comparada ao fiasco das 6.661 motos que apoiaram Bolsonaro em 12 de junho, em São Paulo.

O “Fora Bolsonaro” que tomou conta das ruas é uma resposta do povo contra os piores índices de desigualdade da história, a explosão do desemprego e da fome, o desmonte das políticas públicas e o dramático genocídio decorrente do negacionismo de Bolsonaro. Enquanto o lucro das empresas de capital aberto subiu 245%, a renda do brasileiro encolheu 10% com inflação em alta e desemprego recorde.

Já são mais de 14,7 milhões brasileiros de desempregados, 6 milhões de desalentados e mais de 29 milhões que precisam sobreviver na informalidade. A inflação bateu recorde em maio – a maior em 25 anos – e atingiu 8,06% em 12 meses, com impacto maior sobre os mais pobres. Para os que têm renda familiar superior a R\$ 16.509,66 a inflação foi de 6,3%. Aos mais pobres, com renda abaixo de R\$1.650,50, foi de 8,9%.

O custo dos alimentos subiu 15,4%, promovendo fome generalizada nas periferias. O consumo de carne, por exemplo, caiu 14% em relação a 2019, sendo de 26,4 quilos por pessoa ao ano. É também a pior marca em 25 anos.

Ainda que se vislumbre no futuro próximo uma recuperação econômica global, especialmente pela retomada das economias dos EUA e da China, dos preços das commodities e da superação da pandemia em países que adotaram medidas de controle sanitário e política de vacinação em massa, no Brasil, caminhamos para uma recuperação tardia e desigual, em “K”, na qual há um aumento acelerado da desigualdade com os de cima ganhando mais e os de baixo cada vez menos. Uma recuperação centrada nas classes de alta renda, onde o consumo das famílias, que é o principal motor da economia, está fortemente pressionado pelo desemprego recorde e perda de renda, com alto endividamento e inadimplência.

Para piorar, a essa crise social soma-se a catástrofe sanitária. Bolsonaro segue contrariando as recomendações da ciência, promovendo aglomerações, criticando medidas de distanciamento social e negligenciando a vacinação. Por isso, atingimos a trágica marca de 500 mil mortos. Estudos recentes comprovam que 300 mil mortes poderiam ter sido evitadas, se o Brasil tivesse apostado na ciência em vez de investir no negacionismo e na criminoso teoria de imunidade coletiva adquirida naturalmente.

A luta que tomou conta das ruas no #19J, mesmo em uma situação de descontrole da pandemia e aceleração do contágio pelo vírus, é contra esse genocídio, pela vida e pela sobrevivência. Não há dúvidas que na medida em que a vacinação avançar, mais pessoas se sentirão seguras e serão mais massivos os atos pelo “Fora Bolsonaro”.

É nesse contexto que Lula ressurgiu de forma decisiva para a história. Com movimentos de grande competência, como foi sua recente passagem pelo Rio, Lula está contribuindo para impulsionar a luta, ampliando o diálogo, atraindo forças progressistas e encontrando o caminho para a construção de palanques e campanhas vencedoras nos estados, que exigem ampla coalisão que assegure a vitória e a governabilidade no futuro.

A liderança de Lula e o desprendimento de outros líderes são caminhos para a construção da unidade da esquerda e a derrota de Bolsonaro. Aos 75 anos, Lula talvez esteja diante do maior desafio de sua vida, que é reconstrução da unidade de um país humilhado, isolado internacionalmente, devastado e dividido por Bolsonaro e pela extrema direita.





“LULA TEM O DEVER DE LIDERAR A NAÇÃO”

Ex-secretário de Leonel Brizola no governo do Rio, um dos constituintes nota 10 no Congresso, o veterano líder trabalhista resume porque se filiou ao PT neste momento da história: “Esse reencontro agora do povo brasileiro com tudo o que aconteceu com o Lula, o reencontro da Nação com o seu líder, o Lula, é uma coisa que tem que se tirar o chapéu. Vamos respeitar a história. A Nação está marchando. Isto empurra tudo para o lado”

Por Pedro Camarão e Alberto Cantalice

Vivaldo Barbosa deixou o Partido Democrático Trabalhista e se filiou ao Partido dos Trabalhadores porque, segundo ele, o PDT já não é mais trabalhista nem brizolista. Ex-deputado federal, fundador do PDT, ele não aceita que parlamentares da histórica legenda criada por Leonel Brizola tenham votado a favor da reforma da Previdência.

Também não parece à vontade com novos líderes, como Ciro Gomes, a quem considera outro problema do PDT. O pré-candidato à Presidência estaria tentando utilizar um discurso de tom trabalhista e até nacionalista e popular. Mas Barbosa o vê como um alienígena. “Não é da sua natureza”, resume. “É até difícil de compreender”.

Vivaldo Barbosa integrou o

PDT por 40 anos. E considera que o trabalhismo e as causas defendidas pelo PT se tornaram muito mais próximas do que já foram, e hoje perseguem objetivos muito semelhantes. Segundo o ex-deputado, a capacidade de liderança e de articulação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva são reais.

Ex-deputado constituinte e ex-secretário de Justiça do estado do Rio no governo Brizola (1983-1986), ele entende que a campanha para 2022 já começou e que as formas como o presidente Jair Bolsonaro e Lula mobilizam e articulam seus grupos são completamente diferentes. Lula toca a vida do povo, já Bolsonaro não consegue fazer o mesmo. Ele afirma que não há espaço para terceira via. Tal ideia não passa de um projeto político-oportunista, seja com Ciro Gomes, Luciano Huck - a quem

chama de “canalha” por ter declarado voto em branco em 2018.

Nesta entrevista à **Focus Brasil**, ele faz críticas ao Judiciário, mas reconhece que o texto da Constituição de 1988 acabou sendo construído de forma equivocada com relação à Justiça. Foi isso que permitiu a membros do Ministério Público e da magistratura terem os salários mais altos da República. Não há mecanismos de controle.

A possibilidade de uma nova Constituinte é aventada por Barbosa, mas apenas após a possível vitória de Lula nas eleições de 2022, quando o ambiente político do país for diferente. Ele não poupa críticas à Lava Jato, analisa a realidade política e aponta os problemas mais urgentes do país, que precisam da atenção de todos. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Focus Brasil - O que fez o senhor migrar para o Partido dos Trabalhadores depois de 40 anos no PDT?

Vivaldo Barbosa - A primeira questão é que o PDT já não é mais. Ele já não é mais trabalhista, já não é mais brizolista. Então, nosso lugar lá ficou impossível. Lutamos muito dentro do PDT, desde que Brizola faleceu. Foram seis, sete anos de luta para manter o PDT trabalhista, brizolista. Perdemos a batalha. Isso aconteceu. Antes, o PTB, até mesmo nos tempos do Brizola, também se descaminhou, deixou de ser trabalhista. E o PDT se descaminhou agora, deixou de ser trabalhista.

- Outro ciclo histórico.

- Há duas situações no Brasil hoje, na nossa realidade política. Nós estamos vivendo uma imensa dificuldade. O Brasil está vivendo um momento terrível da nossa história. As elites brasileiras, herdeiras do colonialismo e da escravidão, com os meios de comunicação nas mãos, vestiram a direita de verde-amarelo, colocaram-na nas ruas, derrubaram uma presidente eleita e reeleita, romperam a investidura popular, o significado de uma eleição. Depois, processaram Lula, colocaram o presidente na cadeia, um troço assim tão traumático na vida de uma nação, de uma república... E fizeram isso associadas ao império. Submissas. As elites brasileiras se contentam em ser sócias menores do império, dos grupos econômicos internacionais. E isso resultou na eleição do Bolsonaro. Ele é o que é, está fazendo o que está fazendo. Então, isso é uma coisa muito traumática na vida de um povo.

- Isso pode mudar?

- Eis que surge o reencontro do povo, da Nação com uma liderança. E quando a Nação encontra uma liderança, encontra o seu ca-

minho. É assim na história dos povos. Os povos vivem dificuldades, mas quando encontram uma liderança, encontram seu caminho. E nós acompanhamos o Lula há muito tempo, com divergências, com disputas ao longo do tempo, mas sempre registramos profunda admiração por ele. Agora de uma maneira especial. Nós registramos a consciência que o Lula tem o dever de liderar a Nação. Isto, na vida, na história de um povo que atravessa o que o povo brasileiro está atravessando é muito impor-

AS ELITES BRASILEIRAS SE CONTENTAM EM SER SÓCIAS MENORES DO IMPÉRIO, DOS GRUPOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

tante, é muito significativo. Ninguém pode cruzar os braços e ignorar este fato. A consciência que o Lula tem do seu dever de liderar a Nação nesse momento, isso é muito importante.

De outro lado, é a identidade que foi se confirmando, consolidando entre o trabalhismo e o PT. Veja, nossas questões caras, como a legislação trabalhista, a Previdência Social pública, o salário mínimo, a Justiça do Trabalho, enfim, essas realizações do trabalhismo, a construção do

trabalhismo e o Estado Nacional estruturado para enfrentar os grupos econômicos, exercer a nossa soberania, defender o domínio das nossas riquezas. A construção das estatais estratégicas, a ideia do desenvolvimento. Essa consciência de que o povo brasileiro é capaz de superar o atraso.

Tudo isso, que é construção do trabalhismo, o PT é o partido hoje que mais abraçou isso e os governos Lula e o Partido dos Trabalhadores acrescentaram coisas nisso aí. Tem a questão da educação também que o Brizola adicionou ao trabalhismo. O PT avançou muito na educação. No nosso encontro o Lula lembrou isso, que nenhum outro governo avançou tanto na Educação quanto o PT.

- O PT tem uma atuação no parlamento.

- A bancada mais firme e unânime que existe no Congresso Nacional, [que faz] a defesa da Previdência, o direito dos trabalhadores, dos direitos do povo é a do PT. Não escapa ninguém. Então, essa identidade hoje entre o PT e o trabalhismo é forte. Temos ainda algumas divergências, claro, visões diferentes, mas as questões realmente fundamentais estão colocadas. A luta hoje do Partido dos Trabalhadores é a luta do trabalhismo. É o partido hoje mais enraizado na vida brasileira, mais espalhado no território nacional, no ambiente sindical, estudantil, acadêmico, nos movimentos sociais, nas universidades. É o partido mais preparado para coordenar e articular a luta do povo brasileiro e fazer essa travessia, contando com a liderança do Lula. Isso nos aproximou e é evidente que para o trabalhismo hoje não há outro caminho a não ser somarmos a essa luta do PT e à articulação sob a liderança do Lula.

- O Brasil vive um momento de polarização e quase todo

mundo que é figura pública diz que é preciso se posicionar. Tornou-se público o vídeo do Luciano Huck, que até outro dia seria candidato à Presidência, desistindo e afirmando que votaria em qualquer candidato que defenda a democracia em vez de reeleger Bolsonaro.

- Olha, a polarização sempre existe na política, especialmente nas nossas condições na América Latina. Tivemos que nos polarizar para forjar a independência dos países, a construção da Nação. Tivemos que polarizar a luta contra a escravidão, pelos direitos do povo, pelos direitos trabalhistas, o direito ao trabalho. Então, essa polarização é da luta política. Não há como fugir dela. Essa história de centro, de terceira via é uma construção político-opportunista, sem base em realidade. Essa questão não existe no pensamento político. Não existe. Existem as lutas políticas que assumem até posições e facetas diferentes ao longo da história, mas o que existe é essa luta política que é a luta hoje do povo brasileiro por reafirmar a Nação e seus direitos. Essa é a luta colocada na mesa. Não há como fugir desta luta.

Você mencionou que o Luciano Huck disse que é favorável a quem luta pela democracia. Será? Poxa, em que lado ele estava nas manifestações na derrubada da Dilma? De que lado estava na eleição do Bolsonaro? Será que ele não tem nenhuma sensibilidade de quem era Bolsonaro? Não viu isso, não percebeu? Um comunicador como ele, que lida com as massas, com o povo, tem o dever de perceber essas coisas. E ele percebeu. Ele sabia. Hoje, diz que votou em branco. Que canalhice, que covardia. Uma disputa daquela de alguém disputando com o [Fernando] Haddad, e ele vota em branco? Que coisa é essa? Enfim, isso que se chamou de terceira via, construindo ao

redor do nome dele não vingou, claro. Porque a luta política é polarizada, não há espaço.

- *Ciro Gomes tenta se colocar como uma terceira via. Qual a visão que o senhor tem do projeto dele?*

- *Ciro Gomes tem a sua natureza, raiz e origem. Ele veio lá da Arena, depois para o PSDB, partido que aplicou o projeto neoliberal mais radicalizado no país, aliou-se ao Tasso Jereissati na política do Ceará. Essa é a trajetória dele. Ele começou a fazer aí algum discurso*

CIRO GOMES NÃO TEM UM PROJETO DE PAÍS NA CONCEPÇÃO DO TRABALHISMO. O DEBATE ESTÁ DEIXANDO ISSO CLARO E O POVO PERCEBE

de natureza nacionalista, até com algumas questões populares, mas é uma coisa tão enrolada, tão fora da sua trajetória, da sua natureza que é até difícil compreender. Ele se proclama trabalhista porque está no PDT [ri, ironicamente], um partido trabalhista e tal, mas se ele é trabalhista, o trabalhismo no Brasil tem uma luta tão longa, por que só agora? Agora que ele veio para o PDT? É porque o PDT não é mais trabalhista. O PDT hoje é mais dessa área fisiológica e de quem serve às elites, quem serve à direita.

Ciro Gomes não tem um projeto de país na concepção do trabalhismo. Não tem. O debate político está deixando claro e o povo brasileiro percebe isso. O povo não o prestigia, em nenhum momento, como um líder trabalhista. O povo percebe essas coisas. Enfim, essa questão dele muito udenista, muito lacerdista do xingamento, do ataque virulento às esquerdas, isso não é em vão. Isso é um papel que ele desempenha. O povo percebe isso.

Esse reencontro agora do povo brasileiro com tudo o que aconteceu com o Lula, o reencontro da Nação com o seu líder, o Lula, é uma coisa que tem que se "tirar o chapéu", respeitar a história. A Nação está marchando. Isto empurra tudo para o lado. Nós trabalhistas cultivamos um pensamento, uma prática que eu já descrevi, mas cultivamos também muito a liderança. Sabemos o papel da liderança na história. Especialmente, nas circunstâncias do Brasil e da América Latina. Sabemos o papel dessa liderança de maneira que nós valorizamos muito essa sabedoria do povo brasileiro de, em meio a tudo isso, encontrar a sua liderança para encontrar o seu caminho. Esta é a questão política do momento, isto empurra tudo para o lado.

- *Como advogado veterano e conhecedor da Justiça brasileira, o senhor não acha que esse conluio do Judiciário que culminou na Lava Jato, feriu a soberania nacional?*

- Não há dúvida. Você aponta de maneira correta. Não é a primeira vez que acontece. Vou `credo Neves sempre foi considerado um dos homens mais sábios da política brasileira. Era ministro da Justiça do Getúlio em 1954, quando ocorreu o crime da Rua Toneleiros em que morreu um major da Aeronáutica que era guarda-costas do Lacerda. Foi um

crime de rua, um crime comum. Não tinha ninguém fardado, não ocorreu dentro de quartel nem em cercanias de quartel. E, no entanto, a Aeronáutica criou um IPM [Inquérito Policial Militar] e puxou o processo para lá. Tancredo, com toda a sua sabedoria, deixou o processo correr.

Agora, veja, recriou-se a República do Galeão. E depois o Tribunal de Justiça deu respaldo a tudo isso que foi feito lá. Veja, o famoso apartamento [atribuído a Lula] era no Guarujá, o famoso sítio era em Atibaia, a Petrobrás era no Rio de Janeiro, as empreiteiras envolvidas, de Salvador, Rio e São Paulo. E os políticos envolvidos eram de Brasília. Por que o processo foi parar nas mãos do [Sérgio] Moro lá em Curitiba? Enfim, como o Tancredo Neves lá atrás, isso aconteceu nas barbas dos nossos ministros da Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Então, essas questões acontecem, essas armações acontecem.

- O Supremo não percebeu?

- A escolha dos ministros do STF é coisa muito delicada, muito importante e o Supremo respaldou tudo isso. Só agora, tanto tempo depois, tanta coisa praticada, é que o Supremo se revelou, tomou susto, enfim, viu as coisas com clareza.

Então, o sistema Judiciário que criou a República de Curitiba agiu no mesmo padrão em que se criou a República do Galeão, lá atrás. Nós temos que estar muito vigilantes, com um cuidado muito especial. Mesmo agora. O povo está aí encontrando o seu líder, o resultado da eleição do ano que vem pode estar bem previsível, bem na mão, mas se não cuidarmos para exercer o poder decorrente do voto em toda a sua dimensão, o conservadorismo e o império metem a mão. Eles metem a mão nas nossas instituições.

- O que o senhor acha que pode ser feito para mudar a forma como o Judiciário se organiza? Em algum momento houve a tentativa de mexer em concursos para permitir o ingresso de pessoas da periferia, mas isso nunca foi possível porque o corporativismo é muito forte.

- Você toca numa questão muito importante, a questão do concurso. E me fez lembrar que o Brizola nos chamava atenção, ele dizia: "Ó, vamos ter cuidado com esse pessoal do concurso. Eles

TEMOS QUE ENFRENTAR A QUESTÃO DO JUDICIÁRIO. ELES LEGISLAM EM BENEFÍCIO PRÓPRIO, TÊM OS MAIORES SALÁRIOS DA REPÚBLICA

abocanham um pedaço do Estado e esquecem a Nação. Esquecem o resto". Veja, não há como a gente pensar as instituições sem concurso, mas essa questão existe. A Constituinte cometeu alguns equívocos e nós, na época, até colaboramos.

O relator do capítulo do Judiciário, Ministério Público na subcomissão da Constituinte foi o nosso querido Plínio de Arruda Sampaio, grande figura da vida brasileira por quem eu tinha carinho e admiração muito grande.

E essa questão ficou lá. São dois pontos na organização do Judiciário e do Ministério Público delicadas: autonomia administrativa e financeira. Acabou que os maiores salários da República são deles. Quando foi promulgada a Constituição, eles enviaram um projeto de aumento de vencimentos para o Judiciário direto ao Congresso, sem passar pelo Executivo. Para o Congresso, sem problemas. Porque não tem nem como avaliar o impacto orçamentário. Resultado, foram os maiores salários. Depois, a construção desses palácios. Eles fazem orçamentos, mandam ao Legislativo e saem palácios. Não sei se vocês já tiveram a oportunidade de ir ao TSE ou qualquer daqueles palácios de tribunais lá em Brasília. O do TSE é uma coisa escandalosa. As salas dos deputados e senadores são muito menores do que as dos chefes-de-gabinete e secretários de ministros.

Associado a isto, tem lá um princípio de que somente é iniciativa do Judiciário e do Ministério Público qualquer projeto de lei que diga respeito ao funcionamento da magistratura, orçamento, vencimentos... Nenhum parlamentar eleito pode fazer qualquer coisa a respeito. Isso está na Constituição. Então, inibiu os poderes eletivos da República. Temos que enfrentar isso. Sem enfrentar, será impossível praticar a República.

- O Brasil sofreu muitos retrocessos nos últimos cinco anos. Quais os problemas mais urgentes a serem resolvidos?

- Evidente que a questão do coronavírus é prioritária. Mas problemas na educação estão aí e precisam ser enfrentados com emergência. Não é pensável que a criança brasileira viva o dia inteiro ou parte do dia fora da escola. Então, tem que pegar galpões, construções, obras abandonadas e transformar aquilo em sala de aula e refeitório para dar comida

para as crianças. Isso em qualquer lugar, qualquer galpão, o que estiver disponível. É intolerável que crianças vivam fora da escola.

Outra questão é a moradia da nossa gente. É uma coisa inaceitável. Você não precisa importar nada. Está tudo aqui, capacidade, mão de obra, material de construção. Você tem que ter um plano emergencial de habitação. O Brasil só teve três planos de habitação: o dos institutos, do tempo de Getúlio, depois Juscelino e Jango, em que construíam diversos conjuntos habitacionais e bairros nas diversas cidades; o dos militares, do BNH, que favoreceu o sistema financeiro e empreiteiras, mas era um plano habitacional; e o Minha Casa, Minha Vida, do PT. O Brasil sem plano habitacional é algo intolerável. Dizem aí que o Bolsonaro diz que defende a família e que a esquerda não defende a família... Ora, defender a família é colocar crianças na escola, defender mesmo para valer é dar moradia, um lar digno para a família. A outra questão é o salário. O salário mínimo é para atender as necessidades de uma família. Tem que recuperar o salário do povo.

Outra coisa emergencial é a dívida das famílias brasileiras. O povo está endividado, pelos juros, pela ganância das empresas financiadoras e revendedoras. O povo ficou encalacrado. Nós já vivemos uma situação dessa depois da crise de 1929. O povo estava endividado e o governo da Revolução de 1930 estabeleceu o plano de reajuste econômico. Com isso, o governo assumiu a metade das dívidas privadas, inclusive, as dos fazendeiros de café que estavam encalacrados. O Tesouro assumiu metade das dívidas, o governo emitiu títulos, entregou-os a credores e os devedores pagaram apenas a metade de maneira negociada. O Brasil precisa de uma solução dessa. Um troço que deu certo, reanimou a economia, supe-

rou a crise de 1929 que perdurava. Isso é emergencial porque isso diz respeito à vida.

- As forças progressistas vão ter condições de restaurar direitos ou vamos ter que caminhar para uma nova Assembleia Constituinte?

- Agora, pelos instrumentos constitucionais atuais, você tem espaço para ação. Para muita coisa. Você pode, sem mexer na Constituição, retomar as empresas estatais estratégicas que o [Roberto] Requião tem reclamado, sem

TEM QUESTÕES PRIORITÁRIAS: CRISE DA COVID, MORADIA, SALÁRIO MÍNIMO E A DÍVIDA DAS FAMÍLIAS. TEMOS DE TRATAR DISSO NAS ELEIÇÕES DE 2022

o que não vamos garantir nossa soberania, o plano de desenvolvimento do país não se torna viável. Temos que fazer a reforma agrária sem precisar mexer na Constituição e esses ganhos na área de moradia e na área salarial podem ser feitos sem tocar na Constituição.

Okay, uma Constituição pode ser convocada, mas primeiro você precisa mudar o ambiente político do país. Convocar uma Constituinte nesse ambiente político que está aí pode ser um desastre. Pode não dar certo. Então, depois da

eleição presidencial, como se espera, o ambiente político vai mudar e é preciso esperar esse novo país e daí pensar em convocar a Constituinte.

- É momento de ocupar as ruas?

- É uma coisa muito delicada porque tem a questão da pandemia, as recomendações dos médicos para que não sejam feitas aglomerações. Eu fiquei preocupado com a convocação do último ato, mas quando eu vi o na rua, fiquei feliz, gostei [ri]. Então, é um sentimento difícil. Agora, vem essa convocação para o dia 19. Evidente que é uma situação difícil, delicada para as pessoas irem. Mas se for gente na rua a gente vai gostar tanto de ver [sorrindo]. A prática política, a crítica da oposição pode ser feita sem manifestações na rua. É manter a crítica funda e contundente. Confesso a você que eu desprezaria as críticas aos passeios de motocicleta e coisas do tipo. Ele está levando o país a um desastre muito grande. O que ele quer é que fiquemos criticando qualquer coisa que faça porque desvia o assunto. E ele tem essa capacidade. Ele faz qualquer coisa para criar fato. Devemos evitar os desvios dos fatos fundamentais. Temos que estar muito firme. A luta, por exemplo, da Eletrobrás, é uma luta dura. É estratégica para o Brasil. É impensável você vender, privatizar uma empresa como a Eletrobrás.

- Há alguns anos o Brasil está vivendo um período de crise política acompanhado de uma tensão social e muita gente que não se posicionava passou a usar a internet. Você acha que o povo está mais atento à política do que no início dos anos 2000 ou na década de 1990?

- Evidente que o processo político está mais forte agora. Isso desperta mais consciências. Realmente, as pessoas usam a internet,



EM DEFESA DO POVO BRASILEIRO Leonel Brizola e Lula, em comício em 1989. Unidade das forças populares


fazem suas manifestações, mas criou-se também a ilusão de que a internet, que está livre e aberta, resolveria o problema da luta política. Acontece que o dinheiro está aí também. Os grupos econômicos estão usando. E eles têm dinheiro.

A política, realmente, é o que encaminha as coisas. E o ápice da política são as eleições do ano que vem. A política está carregando isso. Lula esteve no Rio de Janeiro. Visitou estaleiros, conversou, recebeu prefeitos. Esteve com grupos sociais, artistas, grupos políticos, fez muita articulação. Isso tem um impacto no Rio muito forte. Enquanto o presidente da República entrou num avião e de-

**A ARTICULAÇÃO
POLÍTICA QUE
O LULA TEM, A
FORÇA QUE ESTÁ
CAMINHANDO,
TOCA O POVO.
E TUDO ISSO
DESÁGUA NAS
ELEIÇÕES**

pois passou de motocicleta. Ele [Bolsonaro] mobiliza à maneira dele, os grupos dele, que são setores que estão na vida brasileira há muito tempo. Mas não são questões que tocam o povo brasileiro. Já a articulação que o Lula desenvolve, a força da política que está caminhando aí, toca o povo brasileiro. Então, tudo isso deságua nas eleições do ano que vem. A política arrasta tudo para isso aí. E a questão política é tocar na vida do povo brasileiro. É o que o Lula foi saber lá no estaleiro com os metalúrgicos e com os grupos com quem se reuniu, nas favelas, para saber sobre o que está ocorrendo. A política, quando é praticada

com esta elevação, toca na vida. Ela arrasta. É o que hoje o Brasil tem de espetacular na sua frente. Temos eleições no ano que vem. É um encontro nacional. É o Brasil se vendo como Nação, como povo, com suas aspirações. E com a consciência de que o povo está unguindo, investindo na função de presidente do Brasil, o seu líder. Isto é muito fundamental. O povo tem a consciência de estar investindo, dando poder político para torná-lo comandante em chefe das Forças Armadas. Isso deve dizer muito ao presidente eleito. Ele tem um dever muito grande com essa posição. E as Forças Armadas têm consciência disso, têm lá seus problemas, infiltrações, mas têm consciência disso. A investidura do presidente é muito especial no sistema presidencialista. O povo joga a confiança de que vai eleger alguém com coragem para exercer essa investidura. A esperança do povo é romper com essa pesada herança do colonialismo e da escravidão que a gente carrega ainda e o processo político é a oportunidade para essa ruptura. •



**EM DEFESA DA
VIDA, O POVO GRITA:
“FORA, BOLSONARO”**



BRASÍLIA Mais de 30 mil pessoas participaram do ato, em frente ao Congresso

Um dia para entrar na história. Em 19 de Junho, quando o Brasil atingiu a triste marca de 500 mil mortos pela desastrosa condução da crise sanitária pelo governo, 750 mil brasileiros tomaram as ruas de 400 cidades no Brasil e no exterior para protestar contra o presidente miliciano

19 de Junho. Um dia de luto e de luta. O povo brasileiro deu resposta à altura da indignação nacional com o desgoverno genocida de Jair Bolsonaro, responsável pela perda de meio milhão de vidas de pessoas para a Covid-19: 750 mil manifestantes ocuparam as ruas de 400 cidades do Brasil e no exterior para protestar contra as mortes em massa patrocinadas por Bolsonaro, clamando por vacinas a todos os cidadãos, em defesa do auxílio emergencial de R\$ 600 e da democracia.

Foi a segunda onda de protestos em favor do impeachment do presidente. E superaram as manifestações de 29 de Maio, ganhando mais adesões de organizações populares para os atos organizados pela Campanha Nacional Fora, Bolsonaro. Todos preocupados em fazer uma em defesa veemente da vida. Em Brasília, o ato foi maior do que o anterior, assim como no Rio, mas manifestantes não foram autorizados a descer para a praça dos Três Poderes e se concentram no gramado em frente ao Congresso. No Recife, mesmo sob chuva, o evento foi maior do que o de maio.

RIO DE JANEIRO O cantor e compositor Chico Buarque, acompanhado de Carol Proner (foto ao lado), comemorou seu aniversário na Avenida Presidente Vargas (foto abaixo), tomada por pelo menos 80 mil pessoas, que ouviram palavras de apoio e alerta da deputada Benedita da Silva

Em Brasília e no Rio, manifestantes incluíram na pauta dos atos de protesto contra a privatização da Eletrobrás, que será votada pela Câmara até terça-feira, 21. Nas capitais e centenas de cidades pelo país, militantes da democracia reuniram-se com faixas e cartazes com palavras de ordem e as cores da bandeira do Brasil.

Os atos foram massivos e maiores em São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Porto Velho, Boa Vista, Palmas, Maceió, João Pessoa, São Luís, Recife, Aracaju, Cuiabá, Campo Grande, São Bernardo, Rio de Janeiro e Florianópolis. No exterior, protestos também ocorreram em mais de 50 cidades dos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Portugal, Itália, Finlândia, Inglaterra, Irlanda e Argentina.

O ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva usou as redes sociais no sábado para lamentar as mortes de meio milhão de brasileiros: "500 mil mortos por uma doença que já tem vacina, em um país que já foi referência mundial em vacinação. Isso tem nome e é genocídio. Minha solidariedade ao povo brasileiro".

A presidenta nacional do PT, deputada federal **Gleisi** Hoffmann (PR), participou dos atos e responsabilizou diretamente Jair Bolsonaro pela tragédia nacional: "São 500 mil mortes pela covid, recorde de desempregados e desmonte do Estado. Nossa luta é por vacina no braço, comida no prato e auxílio emergencial digno para o povo brasileiro".





Adriano Machado/Reuters

DEMOCRACIA

Em Brasília, manifestantes carregaram cartazes pedindo respeito do governo aos povos indígenas, inclusive com a participação de líderes dos povos originário, mas também houve protestos bem-humorados em diversas cidades brasileiras

O ex-prefeito de São Paulo, Fernando **Haddad**, esteve no ato da Avenida Paulista, e também criticou o governo. “Bolsonaro é um insulto a esse país. As pessoas estão se sentindo insultadas por esse governo. E todo mundo que é insultado, sem nenhuma razão para isso porque é um povo trabalhador, é um povo que gosta do desenvolvimento, que gosta do respeito, o povo reage”. Ele prevê mais manifestações e atos daqui para frente. “Até quando for necessário, porque Bolsonaro é insuportável neste país”, afirmou.

Fome e desemprego

“O governo Bolsonaro é mais perigoso que o vírus, está insustentável e não conseguimos mais suportar tanta fome, infla-

Mídia Ninja



ção e a pandemia. Esse governo é genocida de fato”, afirmou o líder do PT no Senado, **Paulo Rocha** (PT-PA).

Ao contrário das aglomerações promovidas pelos apoiadores negacionistas de Bolsonaro, manifestantes fizeram questão de manter todas as medidas para evitar riscos de contaminação.

O uso de máscaras e o distanciamento foram constantes. Os organizadores também distribuíram álcool gel e orientaram os participantes sobre medidas de proteção contra o coronavírus.

“Todos os dias, mais de 2 mil brasileiros morrem de uma doença que já tem vacina”, lembrou o senador **Humberto Costa** (PT-



Sérgio Lima/AFP



Mídia-Ninja



-PE), um dos nomes mais atuantes da oposição na CPI da Covid, que apura as responsabilidades de Bolsonaro e seus apoiadores nas mortes. “São mães, pais, irmãos, amores. É uma tragédia anunciada, provocada por um governo que rejeitou pelo menos 101 ofertas de imunizante”, apontou.

“Dois países no mundo usaram a teoria de imunidade de rebanho, com contaminação em massa. Estados Unidos com Trump e Brasil com Bolsonaro. EUA lidera número de mortes no mundo. Com a saída de Trump, os números diminuirão. No Brasil, aceleram rumo à liderança”, alertou o senador **Roberto Carvalho** (PT-SE).

Os protestos também aglutinaram outras pautas progressistas contra políticas antisociais de Bolsonaro e Paulo Guedes e de entrega das riquezas do povo brasileiro ao capital estrangeiro. O maior exemplo é a Eletrobrás, cuja MP de privatização foi aprovada no Senado nesta semana. A traição ao

povo foi denunciada em faixas e cartazes em diversas cidades.

Do mesmo modo, centenas de indígenas ocuparam as ruas para lutar pela demarcação de terras, em claro retrocesso pelo Projeto de Lei 490/2007. O novo golpe de Bolsonaro contra mais de 25 etnias prevê a suspensão das demarcações. Nesta semana, mais de 700 indígenas ocuparam a Esplanada, em manifesto pelas demarcações e pela proteção dos povos Yanomami e Mundukuru, vítimas de ataques de garimpeiros.

“Bolsonaro representa o genocídio e o ecocídio do Brasil”, afirmou a coordenadora da APIB, **Sonia Guajajara**, no ato em Brasília. “O Fora Bolsonaro é agora, não podemos esperar. Estamos juntos por vida, vacina e direitos garantidos”.

No exterior, denúncia e protestos

O repúdio aos crimes cometidos por Bolsonaro e seu governo também tomou conta de dezenas de capitais e cidades no exterior. Foram realizados atos de protestos na Europa, Estados Unidos e países da América Latina. Acusado de “genocida”, Bolsonaro foi responsabilizado pelas 500 mil vítimas do coronavírus no país.

Nos atos, os manifestantes pediram “vacina, pão, saúde e educação”, além de respeito à democracia no Brasil. Também defenderam a valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo trabalho heróico no combate à pandemia. Ainda criticaram Bolsonaro, em especial, pelos crimes ambientais, estímulo ao racismo, machismo, homofobia e lgtbfobia.

As manifestações expressam o isolamento do governo no exterior, além dos círculos oficiais e diplomáticos. Assim como no Brasil, os movimentos de pro-

Fotos: Mídia Ninja



PROTESTOS PELO MUNDO

Na Torre de Londres, na Inglaterra (acima), projeção pede a prisão do presidente do Brasil, Em Colônia, na Alemanha (abaixo), manifestação



testos no exterior cresceram em número e volume. Em várias cidades da Europa os protestos ocorreram em frente às embaixadas brasileiros e em eventos públicos.

Os atos foram convocados pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, partidos de esquerda, centrais sindicais, Coalização Negra por Direitos,

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fórum Nacional de ONGs, entre outras. •

FORA BOLSONARO GENOCIDA



Em Deerfield Beach, na Flórida (EUA), banhistas são surpreendidos com avião carregando faixa Fora Bolsonaro Genocida!. Abaixo, Protestos em Washington e Nova York, além de Praga, na República Checa, e em Helsinque, na Islândia



POVO NA RUA

Em São Paulo, manifestação reuniu 100 mil pessoas. Segundo o ex-prefeito Fernando Haddad, novos atos vão resultar na saída de Bolsonaro



Ricardo Stuckert

100 MIL NA PAULISTA

Na Avenida Paulista, sempre um dos principais focos de atenção em dias de mobilizações de rua, os manifestantes do ato nacional Fora Bolsonaro espalhavam-se pelas duas pistas desde a Pamplona até a Augusta. Oito quarteirões repletos de gente reivindicando a saída do presidente da República, vacina, emprego, defesa das estatais estratégicas contra as privatizações, defesa do ensino e da ciência, fim das discriminações de todo o tipo. A luta contra o que Bolsonaro representa. E a defesa da vida, da esperança de dias melhores, com justiça social e desenvolvimento econômico.

Sobre o caminhão de som, diante do MASP, revezaram-se líderes políticos, sindicais e de movimentos sociais de diferentes matizes. **Haddad** foi direto, ao lembrar de uma frase que cunhou no início da pandemia. “Eu fiz uma mensagem que dizia que o mais difícil era enfrentar o vírus e o verme simultaneamente”, disse no palanque. “Estava na cara que esse sujeito não ia dar a menor bola para

o sofrimento da população. Que não ia seguir nenhuma recomendação da ciência. E o resultado está aí: 500 mil mortos. Um genocida no poder, com o apoio dessa burguesia que não tem coragem de pautar o impeachment”, disse Haddad.

“Nós não estamos aqui para brincar de motocicleta”, prosseguiu Haddad, fazendo referência à mobilização pró-Bolsonaro da semana anterior.

HADDAD: “NÓS ESTAMOS AQUI PARA ALERTAR O PAÍS QUE DAQUI PRA FRENTE HAVERÁ MAIS 200 MIL MORTOS ALÉM DOS 500 MIL QUE JÁ TEMOS. POR ISSO, IMPEACHMENT, JÁ

“Nós estamos aqui para alertar o país que daqui pra frente haverá mais 200 mil mortos além dos 500 mil que já temos. Por isso, é impeachment, já”.

Ex-candidato a prefeito de São Paulo, Guilherme **Boulos** (Psol) destacou que Bolsonaro tem desafiado várias provocações ao longo dos meses. Mais recentemente, a realização da Copa América no Brasil, a aprovação da venda da Eletrobrás e a ameaça de convulsão social caso as urnas eletrônicas não lhe derem uma próxima vitória. “Eu quero dizer pra ele que o povo já está na rua, e é contra o seu governo. Aqui tem gente de verdade, não somos fakes como 7 mil motos”.

Embora líderes tenham feito referência às eleições de 2022 como frente de luta, caso o impeachment não aconteça, o afastamento ainda este ano de Bolsonaro foi a tônica. Coordenador nacional da Central de Movimentos Populares, **Raimundo Bonfim** foi direto: “O Lira (Arthur Lira, presidente da Câmara) disse que não pode encaminhar o impeachment sozinho, que precisa ter pressão. Então vamos lá: quem aqui quer autorizar o Lira a abrir o impeachment?”. Diante de milhares de mãos erguidas e gritos de “fora Bolsonaro”, Bonfim concluiu: “Lira, então você está autorizado”.

Ao longo da avenida, além dos dois caminhões de som próximos ao MASP, diferentes palcos, organizados por movimentos sociais, também encaminhavam discursos ao som de batuques e palavras de ordem. A diversidade do público era evidente. Um grupo de homens e mulheres de cabelos brancos ostentavam camisetas onde se lia “Geração 68, sempre na luta”. Integrantes de coletivos antifascistas de torcidas de futebol também se espalhavam, com bandeiras de partidos diversos por toda a parte. •

João Heitor/FPA





5000
SILE



PROGRESSO
VIGILANCIA

500 MIL MORTOS!

A CULPA É DO GENOCIDA

Enquanto nos Estados Unidos a média de mortes caiu de 3.431 para menos de 370 registros de óbitos por dia, em Pindorama o ritmo segue acima de 2 mil mortos. É como se caíssem, desde março de 2020, cinco aviões por dia no país. E o presidente continua negando a ciência. Como um capitão da nau à deriva que segue rumo à tempestade perfeita

O Brasil atingiu no último final de semana a triste marca de 500 mil mortos por Covid. A pandemia segue descontrolada no país, que está na contramão do mundo, junto com o resto da América Latina. Enquanto nos Estados Unidos a média diária de mortes caiu de 3.431 para menos de 370 registros de óbitos por dia, aqui o ritmo segue acima de 2 mil mortos. É como se caíssem, desde março de 2020, cinco aviões por dia no país. Para gozo e glória de Jair Bolsonaro, que continua firme na sua política negacionista, condenando o distanciamento social, recomendando cloroquina aos incautos e desprezando vacinas.

Na quinta-feira, 17, Bolsonaro foi direto ao apontar que aposta na imunidade de rebanho, mesmo que o preço a pagar em vidas de brasileiros seja alto. “Todos que já contraíram o vírus estão vacinados. Até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou o vírus para valer. Então, quem pegou o vírus, não se discute, está imunizado”, disse. A confissão de culpa está explícita. O presidente acredita e está convencido que é a imunidade de rebanho é a saída para o enfrentamento da pandemia. Ele nem se dá mais ao luxo de defender a vacina. Aliás, no Facebook, ele desdenhou, pela enésima vez, da eficácia do Coronavac.

O jornal britânico *Financial Times* disse na sexta-feira, 18, que o governo foi inepto no manejo da pandemia. Isso é quase um elogio. Embora a Nação de Donald Trump ainda esteja à frente do Brasil no cômputo geral de mortos, com a triste marca de 600 mil óbitos atingida no dia 15, o ritmo fúnebre da Covid lá está em descenso, enquanto Pindorama segue firme rumo ao topo. Brasil acima de todos – diz o capitão da nau à deriva que se tornou o país.

O neurocientista Miguel Nicolélis, que há mais de um ano alerta para o perigo das sucessivas ondas da Covid no país – e é sonelemente ignorado pelo governo federal – diz que o Brasil vai superar os Estados Unidos e bater o recorde de 600 mil mortos em menos de três meses. Como resumiu a médica Luana Araújo, na CPI da Covid, o país tinha tudo para enfrentar a tempestade do coronavírus, mas tomou caminhos errados. “Optamos por ignorar a experiência do resto do mundo, e esta combinação de arrogância e ignorância é muito perigosa”, afirma.

Os dados mostram que o diagnóstico da médica é preciso. O Brasil voltou à liderança no ranking dos países onde mais se

morre pelo coronavírus no planeta nos últimos dias. Nicolélis lamenta que o país chegou aos 500 mil mortos e está prestes a mergulhar na terceira onda. “É como se Florianópolis sofresse um ataque nuclear e toda a população da cidade, por volta de 500 mil habitantes, desaparecesse num piscar de olhos”, compara.

“O maior problema no Brasil – e que está tendo um efeito terrível na aceitação da vacina – é a política da negação”, disse Chrystina Barros, membro do

BRASIL VOLTOU À LIDERANÇA DAS NAÇÕES ONDE MAIS SE MORRE POR COVID NO PLANETA. E AS UTIS DE HOSPITAIS SEGUEM EM COLAPSO, LOTADAS

grupo que luta contra o Covid-19 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao jornal inglês *The Guardian*, na última sexta-feira. “Temos um presidente negador, cujo discurso e comportamento vão contra o conselho médico – e que está influenciando as pessoas a não tomarem a vacina. É uma tempestade perfeita”, resume.

“O que a realidade está mostrando é aquilo que nós já dizíamos desde o início do ano: a vacinação sozinha não tem capacidade de acabar com a pande-

mia”, diz o deputado federal Jorge Solla (PT-BA), que é médico. “O Brasil tá chegando a 100 mil novos casos diários e voltando a bater 3 mil mortos por dia. O que acontece aqui é o caldeirão para o surgimento de variantes mais resistentes às vacinas, e só tem nos restado rezar para que isso não ocorra”. Até agora, apenas 11,4% da população total e 15% da população adulta recebeu as duas doses da vacina.

A alta demanda por leitos de UTI para pacientes com Covid-19 continua o manter o SUS sob forte pressão. Na semana em que o país ultrapassou a marca de meio milhão de vidas perdidas para a pandemia e pela omissão criminosa do governo, pelo menos dez capitais e o Distrito Federal estavam com a taxa de ocupação acima de 90% na rede pública. No Paraná, Curitiba apresenta o cenário mais desesperador: 101% de UTIs lotadas. Logo atrás, aparecem Aracaju (SE) e Palmas (TO), com 97%. O fato é que o país já está na terceira onda da pandemia. E sem sinal de que sairemos dela sem que sejam adotadas medidas recomendadas, como lockdown, restrição de deslocamento e distanciamento.

A reação do povo brasileiro – que tomou as ruas de 310 cidades no país em dois finais de semanas nos últimos 20 dias – mostra que, sem luta, Bolsonaro permanecerá à frente da nau dos insensatos que se transformou o país, desrespeitado no resto do mundo e visto como pária pela comunidade internacional. O establishment empresarial e político querem Bolsonaro à frente do Planalto para cumprir a agenda de reformas e destruição de direitos sociais, enquanto o governo pilha o patrimônio nacional – como a venda da Eletrobrás e o esquitejamento da Petrobrás – para entregá-lo aos interesses estrangeiros e garantir o apetite insaciável do mercado. •

BOLSONARO RESPONDERÁ PELOS SEUS CRIMES

A história vai cobrar de todos nós a reação ao governo da morte. A dor e desespero contínua e sadicamente reavivados pelo desrespeito sociopático do presidente, responsável direto pela morte de boa parte dos 500 mil brasileiros que perderam a vida

Por Paulo Rocha

O Brasil está em situação de descontrole, em meio a maior catástrofe sanitária de sua história. E tudo obra do presidente da República, seu gabinete paralelo e ministros negociacionistas. É preciso chorar e lamentar a morte de meio milhão de brasileiras e brasileiros, a maior tragédia da Nação. Um trauma que marcará nossas vidas para sempre.

Nossos irmãos que pereceram pela omissão criminoso do governo não voltarão mais. Tudo o que eles eram e tudo aquilo que ainda poderiam ser perdeu-se na eternidade. Ficaram a dor e o desespero de seus familiares e amigos. Temos de reagir.

A história vai cobrar de todos nós a reação ao governo da morte. A dor e desespero contínua e sadicamente reavivados pelo desrespeito sociopático de Jair Bolsonaro, que promove aglomerações, se recusa a usar máscaras e lança mão do curandeirismo de medicamentos sem eficácia. Tudo isso precisa ser rechaçado. E Bolsonaro precisa responder pelo crime de não ter comprado vacinas a tempo e em volume suficiente. Foi ele quem jogou propositalmente a população nos braços da Morte para tentar uma imunidade de rebanho. Destruiu vidas para preservar a economia e os negócios.

O governo de sociopatas co-

memora um píffio crescimento do PIB, acompanhado de um grande aumento do desemprego, da inflação e da fome. Não se lamenta, porém, o terrível empobrecimento em vidas, em sonhos, em esperança. É impossível precificar a tragédia. Não há PIB capaz de compensá-la.

O pior de tudo é que toda a imensa tragédia que a Nação brasileira vive era, em sua maior parte, evitável. De acordo com os cálculos de epidemiologistas, como Pedro Hallal, três em cada quatro mortes de Covid-19 no Brasil poderiam ter sido evitadas, caso o governo simplesmente tivesse seguido as recomendações da ciência para o combate à pandemia.

O presidente da República, no entanto, preferiu fazer o contrário, como a CPI da Covid está revelando, com depoimentos e provas materiais. O Palácio do Planalto preferiu abandonar a população à própria sorte e estimulá-la a sair às ruas sem nenhum cuidado, de modo a que se obtivesse uma imunidade de forma rápida e "natural", mesmo que ao custo de muitas vidas humanas.

No início da pandemia, o chefe do gabinete paralelo da Morte, Osmar Terra, afirmou que apenas 800 brasileiros morreriam. Hoje, já são meio milhão, e a conta macabra só aumenta. Desse meio milhão, 375 mil eram mortes evitáveis. Mortes provocadas não pelo vírus, mas pelo governo.

Muitos brasileiros acreditaram e ainda acreditam nessa ficção anticientífica do tratamento precoce. E morreram, alguns sem oxigênio, nos superlotados hospitais do Brasil. Faltou ciência, faltou competência, faltou compaixão, faltou oxigênio. Sobrou indiferença à vida, sobrou cinismo, sobrou enganagem, sobrou crueldade.

O Brasil tem apenas 2,7% da população mundial, mas concentra 13% das mortes por Covid-19 do planeta. Somos campeões em morte. E, na irresponsável Copa América, o vírus já é campeão por antecipação. A verdade é que a população humilde do Brasil serviu de cobaia para um experimento macabro. O experimento da imunidade de rebanho.

Sejamos claros. O governo Bolsonaro cometeu assassinato em massa e crimes contra a humanidade. Vivemos um genocídio e uma política de extermínio comandada pelo Chefe do Estado, que em algum momento terá de ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional.

Só há uma maneira de aliviar a dor das famílias enlutadas: fazer Justiça! Essa é a melhor forma de honrar a memória daqueles que se foram e levar algum conforto aos que ficaram. Os crimes hediondos cometidos por Bolsonaro não podem ficar impunes. Essa é a missão da CPI: fazer Justiça. •

Senador pelo Pará, é líder do PT no Senado.



SIGAM O DINHEIRO!

CPI coloca Queiroga, Pazuello e Ernesto entre investigados e esmiuça as relações suspeitas do presidente da República com empresários amigos. “Os indícios são fartos e robustos”, diz Renan

A CPI da Covid já tem farta documentação - incluindo telegramas, ofícios e documentos oficiais dos ministérios das Relações Exteriores e da Saúde - mostrando que a condução do governo Bolsonaro na pandemia da Covid-19 foi irresponsável e criminosa, com indícios e suspeitas de diversos crimes cometidos por autoridades. O rol de ilícitos do governo vai de peculato até advocacia administrativa, passando por improbidade. Além disso, a CPI agora tem oficialmente uma lista de 14 pessoas investigadas, incluindo ministros, ex-ministros, autoridades e o empresário Carlos Wizard, que fugiu para o México.

A comissão aprovou a quebra de sigilo de empresários que lu-

craram com a venda de medicamentos do chamado “kit covid”, além de Carlos Wizard, apontado como integrante do “Gabinete das Sombras”, que assessora Jair Bolsonaro. Remédios como hidroxicloroquina, cloroquina, azitromicina e ivermectina vêm sendo alardeados pelo Planalto, mesmo sem eficácia comprovada, como aponta a Organização Mundial de Saúde.

A intenção dos senadores é saber se há alguma relação dos empresários com integrantes do governo, incluindo Bolsonaro. A quebra do sigilo inclui contas bancárias, telefônicas e uma devassa na vida digital de todos, o que inclui acesso a e-mails e troca de mensagens por aplicativos. A farmacêutica EMS informou à CPI que faturou R\$ 142 milhões com

medicamentos do “kit Covid” em 2020, valor oito vezes ao registrado em 2019. Apenas com a venda de ivermectina, faturou R\$ 71,1 milhões. Antes, R\$ 2,2 milhões

A CPI também tem uma prova importante de que o governo tem conhecimento há pelo menos 10 meses que os medicamentos recomendados pessoalmente por Bolsonaro para uso no chamado “tratamento precoce” não apenas são ineficazes, como devem ser descartados. Um telegrama de 24 de agosto de 2020, em poder da CPI, mostra que a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas informou que em uma conferência de imprensa da OMS a cientista-chefe do organismo falou sobre a falta de comprovação da eficácia do medicamento.

Na sexta-feira, 18, o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), encaminhou ao presidente Omar Aziz (PSD-AM) uma lista com o nome de 14 pessoas que passaram da condição de testemunhas para a de investigados oficialmente pela comissão. Entre os suspeitos de crimes estão o atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, bem como os ex-ministros Eduardo Pazuello - general do Exército e titular da pasta que opera a política de saúde pública brasileira - e o diplomata Ernesto Araújo.

A lista de investigados inclui ainda dirigentes do Ministério da Saúde, como a médica Mayra Pinheiro, além do ex-secretário-executivo Elcio Franco, bem como do ex-secretário de Comunicação da Presidência Fábio Wajngarten e o ex-assessor Arthur Weintraub (veja a lista abaixo).

A inclusão de Bolsonaro na lista de investigados ainda é uma questão de tempo. Renan diz que a comissão ainda está analisando os limites da atuação do colegiado para verificar se será possível oficialmente investigar o presidente da República. Se for constatado que há competência da CPI, ele defende que o Bolsonaro seja investigado para ser posteriormente responsabilizado. •

SUPREMO MANTÉM QUEBRA DE SIGILOS

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a quebra dos sigilos telefônico e telemático do assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins, e do empresário Carlos Wizard. Os dois são suspeitos de integrarem o chamado gabinete paralelo ao Ministério da Saúde, investigado pela CPI por aconselhamento a Jair Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19.

PRIORIDADE NA VACINA A DOMÉSTICAS

As trabalhadoras domésticas terão prioridade nos grupos de vacinação contra a Covid-19. Emenda da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) ao Projeto de Lei 1011/20 foi aprovada na Câmara, na quinta-feira, 17. A emenda agora vai para o Senado Federal. A categoria foi uma das mais atingidas pela Covid. Durante a pandemia, as oportunidades de empregos, que eram 6 milhões, caíram para 4,9 milhões.

PT QUER MAIS BOLSA FAMÍLIA DE R\$ 300

O líder do PT na Câmara, deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS), anunciou que vai solicitar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que coloque na pauta o Projeto de Lei 4.086/2020, que cria o Mais Bolsa Família. A proposta foi protocolada no ano passado e amplia os benefícios do Bolsa Família para R\$ 300, juntamente com outras ações de proteção social às camadas da população mais vulneráveis. Medida beneficiaria 15 milhões de famílias.

MOTOCIATA: O CUSTO DO ATO DA MORTE

A bancada do PT no Senado apresentou ao Tribunal de Contas da União denúncia contra Bolsonaro pelo chamado 'ato da morte' - o passeio de moto com apoiadores realizado em São Paulo no sábado, 12 de junho. Os senadores pedem ao órgão que apure os gastos públicos efetuados para realizar o evento e o ressarcimento pelos responsáveis.

NA MIRA DA CPI

A lista de investigados pela comissão inclui o atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e os ex-ministros Eduardo Pazuello e Ernesto Araújo, além do ex-secretário de Comunicação da Presidência da República Fábio Wajngarten. Eis a lista completa:

- Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde
- Elcio Franco, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde

- Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação Social da Presidência
- Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
- Paolo Zanoto, virologista, suspeito de fazer parte do gabinete paralelo
- Hélio Angotti, secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde
- Francielle Fantinato, coordenadora do Programa Nacional de

- Imunizações (PNI)
- Marcelo Queiroga, ministro da Saúde
- Carlos Wizard, empresário
- Arthur Weintraub, ex-assessor da presidência da República
- Nise Yamaguchi, médica defensora da hidroxiquina
- Marcellus Campelo, secretário de Saúde do Amazonas
- Luciano Dias Azevedo, médico que redigiu proposta de mudança da bula da hidroxiquina
- Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores



Ricardo Stuckert

NO RIO, LULA FAZ POLÍTICA PARA RESGATAR O BRASIL

Ex-presidente promove encontros com líderes progressistas, artistas, trabalhadores e o povo das comunidades. A caminhada para colocar o Brasil no caminho de justiça social e desenvolvimento social

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no Rio de Janeiro, há dez dias, e fez aquilo que um grande líder político que respeita seu povo e tem compromisso com a Nação: ouviu líderes políticos, representantes da classe artística, sindicalistas e trabalhadores, além de líderes das comunidades da cidade do Rio. Ainda fez visitas ao prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), com quem tratou da situação do Rio e do Brasil. “Diálogo

importante”, destacou. E também esteve com o prefeito de Niterói, Axel Grael (PDT).

Lula teve uma reunião foi com líderes políticos de partidos progressistas comprometidos a debater o Brasil e enfrentar o governo de Jair Bolsonaro. Ele conversou com o deputado federal Marcelo Freixo (PSB-RJ) e abanou a ficha de filiação da escritora e roteirista Antonia Pellegrino ao Partido dos Trabalhadores. Participaram do encontro as deputadas Jandira Feghali (PCdoB), Gleisi

Hoffmann (PT-PR), presidenta nacional do PT, os deputados Alessandro Molon (PSB-RJ) e André Ceciliano (PT-RJ), além do ambientalista Carlos Minc e outros.

O ex-presidente ainda visitou um estaleiro no Rio de Janeiro para ver de perto o desmonte da indústria naval, que teve início na Lava Jato e destruiu milhares de empregos, sobretudo no estado. “Hoje volto ao Rio com tristeza vendo o desmonte da indústria naval”, lamentou. “Deixamos de ser grande para voltar a ser pe-

quenos. Deixamos de produzir conteúdo nacional pra virar viralata de outras economias. Temos engenharia, temos tecnologia, temos mão de obra qualificada. Apenas no estado do Rio, a indústria naval tinha 33 mil trabalhadores. Hoje tem menos de 7 mil”.

Ele ainda esteve reunido como vereador Leonel Brizola Neto, o ex-deputado federal e secretário do Rio de Janeiro Vivaldo Barbosa e outros líderes brizolistas, que resolveram migrar do PDT para o PT. “Estamos preocupados em preservar a memória desse grande brasileiro com a criação um acervo”, disse Lula, lembrando do centenário do ex-governador Leonel Brizola em 2022. “Foi uma conversa sobre passado, presente e futuro”, comentou.

No encontro com líderes comunitários, Lula reuniu pessoas preocupadas com os destinos do país. “Enquanto o governo Bolsonaro corta o auxílio emergencial, defende o vírus e trabalha a favor da política da morte, essa turma aqui arrecada comida, água, máscara, e organiza as comunidades do Rio contra a fome, a pandemia e o genocídio”, disse. “Outro Brasil é possível”. Ainda também participou de uma reunião com dirigentes do PSOL. “Diálogo e unidade na adversidade pra pensar o Brasil e derrotar o governo Bolsonaro”, declarou.

Sua viagem à Cidade Maravilhosa culminou com um encontro com artistas brasileiros, como os atores José de Abreu, Paulo Betti, Tonico Pereira, as atrizes Dira Paes e Lucélia Santos, além da cantora Teresa Cristina e do cantor e rapper Marcelo D2. “A reconstrução desse país passa pela cultura. E temos que lutar por uma cultura que represente esse país em todas suas dimensões. O que eu posso dizer é que é possível fazer isso”, comentou Lula. •

Fotos: Ricardo Stuckert




BRIZOLA Com Leonel Brizola Neto, Vivaldo Barbosa e líderes trabalhistas



MARIELLE Com Anielle Franco, irmã da vereadora assassinada em 2018



DIÁLOGO Com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, discutindo o futuro do país



A prática da Velha República

Kleyton Amorim/UOL

Como na época dos coronéis e no melhor estilo do governo, Arthur Lira vai tratorando na Câmara, sem dar satisfações a ninguém e tentando impor as vontades do Planalto. Ele encampou mudança no regimento interno que restringiu atuação da oposição e prioriza pautas que retiram direitos do povo

Com os olhos da opinião pública voltados para a CPI da Pandemia no Senado, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem aproveitado para aprovar uma série de retrocessos. Ele tem colocado em prática a estratégia eternizada pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em reunião com o presidente Jair Bolsonaro em 22 de abril de 2020 e tornada pública pelo Supremo Tribunal Federal. Está passando a boiada, de maneira solerte e à sorrelfa, como se o país estivesse ainda nos tempos da República Velha, nos anos 30 do século 20. Uma vergonha.

No meio de maio, Lira lide-

rou a aprovação de um projeto de resolução que mudou o regimento interno da Câmara e limitou a capacidade de atuação da oposição. O texto revogou dispositivos que tratavam da prorrogação da sessão e o tempo de fala de deputados na discussão de projetos, entre outros absurdos. Com isso, a oposição e as minorias ficaram limitadas no uso de ferramentas que criavam obstáculos em votações.

A deputa federal Erika Kokay (PT-DF) criticou a alteração. "A Câmara já vive um momento extremamente grave", lamentou, sobre a votação acelerada de propostas complexas. "É um conceito do arbítrio, de impedir a discussão e o contraditório e de impor a vontade do presi-

dente da República, destruindo o próprio poder legislativo", adverte.

"A oposição, que, nesta quadra, é minoritária – nós somos cerca de 130 [deputados] –, tem o direito de ter voz. E esta foi a promessa do presidente eleito: dar voz aos deputados. Então, de fato, não é algo que me pareça mantenedor da estrutura democrática e de participação coletiva mudar o regimento à esta altura", criticou a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

Lira também esteve à frente do processo de aprovação da privatização da Eletrobrás. A matéria teve uma tramitação acelerada e foi aprovada no plenário da Câmara, no fim de maio, sem passar por avaliação

de nenhuma comissão e sem ser tema sequer de um debate em qualquer audiência pública. Na ocasião, deputados da oposição denunciaram o atropelo na pauta, que teve aprovação em apenas 23h.

“Vamos votar, no seco, aqui, uma medida provisória para entregar a empresa que é patrimônio do povo brasileiro à iniciativa privada. Por que a pressa?”, questionou a presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR). “A Eletrobras dá lucro. Nos últimos três anos, foram R\$ 30 bilhões de lucro e R\$ 15 bilhões de reserva. Por que o governo não tomou a decisão de fazer investimento?”, indagou a deputada.

Além disso, o presidente da Câmara instalou uma comissão parlamentar para debater a volta do voto impresso, outro ponto da agenda bolsonarista. A comissão atende a um pedido direto de Bolsonaro, que tem criticado publicamente as urnas eletrônicas para deslegitimar o processo eleitoral brasileiro. Sem apresentar qualquer prova ou indício, o presidente da República costuma afirmar que foi eleito em primeiro turno nas eleições presidenciais de 2018 e que as eleições de 2022 serão fraudulentas, se não houver o voto impresso.

Outra frente de atuação de Lira tem sido a aceleração da proposta de emenda à Constituição que institui o chamado Distritão para eleição de depu-

tados. A alteração estabelece que serão eleitos os primeiros de uma lista, fortalecendo o personalismo em detrimento dos partidos políticos. A discussão sobre o Distritão está ocorrendo em uma comissão especial, mas Lira tem articulado para encurtar o debate e acelerar a votação em plenário antes do recesso parlamentar de julho.

Os próximos capítulos do avanço da boiada neoliberal na Câmara são as propostas de reforma administrativa, que retira direitos e esvazia o setor público, mantendo privilégios de militares, juizes e outras categorias, e a reforma tributária, que deve ser fatiada. Lira já se comprometeu a dar prioridade no andamento dessas pautas.

De acordo com denúncia do *Estadão*, o presidente da Câmara foi um dos parlamentares que teve acesso aos R\$ 3 bilhões do orçamento secreto do Ministério do Desenvolvimento Regional para contemplar bases e aliados. Em 2020, Lira pode encaminhar R\$ 114,6 milhões para obras e compras de máquinas, de acordo com interesses próprios. O deputado tem declarado que esse valor seria restrito às emendas individuais impositivas, àquelas que todos os congressistas têm o direito de direcionar livremente por ano. Um engano. Só é tolo quem não quer enxergar o óbvio: a Câmara joga contra os interesses da sociedade nacional. •

ARTHUR LIRA ATENDE AOS ANSEIOS DO PLANALTO E DO BOLSONARISMO: INSTALOU COMISSÃO PARA RETOMAR O VOTO EM PAPEL

OFENSIVA CONTRA TERRAS INDÍGENAS

A presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), denuncia a ofensiva contra os povos indígenas. Representantes de diversas etnias passaram a semana em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, para protestar contra o Projeto de Lei 490/07. “Mesmo com a pandemia, com os riscos que correm, eles saíram de suas terras para dizer a esta Casa que nós não podemos votar o projeto que estabelece mudanças na demarcação das terras indígenas”, disse na tribuna da Câmara.

O PL 490 busca transferir a demarcação de terras indígenas para o Congresso, permitindo inclusive mudar demarcações já feitas. “Isso fere a Constituição Federal, fere o direito dos povos indígenas”, denunciou. “Já não basta este governo estar incentivando a entrada de mineradores, garimpeiros e produtores de soja nos territórios indígenas?”, questionou. Ela conclamou os colegas congressistas a rejeitarem o PL 490, que está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) também criticou o projeto. “É inaceitável. O relatório que está em apreciação na CCJ é um absurdo. Tentar rever demarcações de terras já demarcadas, fazer devolução das terras para a reforma agrária, permitir uma exploração por terceiros”, protestou. Ele lembrou que a dona dessas terras é a União. “Os povos originários, os índios, têm o usufruto da terra, fazem a guarda desse patrimônio”. •

A BOIADA PASSA NA CÂMARA

Criou-se no parlamento uma espécie de “fazendão”. A casa do povo virou puxadinho do Planalto. Alterou-se o regimento interno para calar a oposição. Projetos de lei controversos, que dormitavam nos escaninhos, aparecem de repente, do nada

Por Elvino Bohn Gass

Num momento trágico da vida nacional, quando meio milhão de pessoas já morreram por Covid-19 em razão da incompetência e da política oficial de assassinato em massa promovida por Jair Bolsonaro, ocorre um movimento assustador de retirada de direitos e ataques aos interesses nacionais na Câmara dos Deputados.

O governo se aproveita do momento excepcional que é a tragédia sanitária para implantar um regime de exceção, com leis ditatoriais e a perversão do espírito que rege a Constituição. Como Mussolini, Bolsonaro tenta se apoderar das instituições via “recursos legais” – o orçamento paralelo –, acordões e brechas da lei. E leva o país ao caos social, ambiental e econômico.

Na Câmara dos Deputados, criou-se uma espécie de “fazendão”. A Casa virou puxadinho do Planalto. Alterou-se o regimento interno para calar a oposição. Projetos de lei controversos, que dormitavam nos escaninhos, aparecem de repente, do nada. São submetidos a votações ligeiras – antes mesmo que tenham sido instaladas as comissões que deveriam debatê-los. Na defesa de interesses obscuros, o rolo compressor bolsonarista toma decisões levianas e sem qualquer preocupação com o futuro político e econômico do país.

É um cenário de horror patrocinado pela base bolsonarista ampliada com métodos não



Arte: Olímpio

**NO PARLAMENTO,
UM CENÁRIO
DE HORROR
PATROCINADO
PELA BASE
BOLSONARISTA
AMPLIADA COM
MÉTODOS NADA
REPUBLICANOS**

republicanos. Instala-se Comissão especial do voto impresso, fere-se de morte a legislação ambiental, aprova-se a antinacio-

nal privatização da Eletrobrás e dá-se admissibilidade à reforma administrativa, entre outras matérias danosas à sociedade.

A mudança no regimento alterou ritos e procedimentos clássicos que garantiram, ao longo da história, os direitos das minorias, como ocorre em qualquer parlamento democrático do mundo. As alterações amordaçam a oposição e colocam em xeque a base da democracia, que é o equilíbrio entre os Três Poderes.

O novo regimento sepultou o sagrado direito das oposições em qualquer plenário: o exercício à divergência. Tem-se, então, uma farsa legislativa, sem que a imprensa questione os ritos agora forjados em nome de interesses antinacionais e antipopulares.

Eliminou-se o principal espaço de discussão e do contraditório, transformando a aprovação dos projetos do governo, praticamente, num rito sumário. E, assim, impõe-se uma agenda antidemocrática, obrigando que o parlamento vote, em grave prejuízo à democracia, matérias polêmicas, sobre as quais não há consenso.

Chegou-se ao cúmulo de aprovar três medidas provisórias, não consensuais, em uma única sessão, sendo que duas sequer constavam da pauta previamente apresentada. O que ocorre na Câmara é reflexo do projeto bolsonarista de país, com métodos e objetivos idênticos: autoritarismo, escárnio, deboche, estímulo ao uso da violência, impunidade e mordação.

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é o líder do PT na Câmara dos Deputados



UMA LUZ SE APAGA

Por 42 votos a 37, Senado aprova a venda da Eletrobrás e fere a soberania nacional ao permitir a entrega do setor elétrico à iniciativa privada. "O maior pecado é a privatização em si, mas o segundo é que isso vai prejudicar o consumidor por anos. A proposta cria cartórios para vários setores", denuncia o senador Jean Paul Prates (PT-RN), especialista em energia

A pressão do governo entreguista deu certo. Cedendo à ânsia criminosa do Palácio do Planalto, o Senado Federal aprovou, na noite de quinta-feira, 17, a medida provisória que permite a privatização da Eletrobrás, no mais solerte golpe engendrado pelas forças do mercado e interesses internacionais, aliados à submissão irresponsável de Jair Bolsonaro. A decisão do Senado, aprovada por 42 votos contra 37, escancara o jogo pesa-

do contra a soberania nacional movido pela agenda ultraliberal do ministro da Economia, Paulo Guedes. A MP retorna para a Câmara, que deve analisar as mudanças até a próxima terça, 22, quando a medida perde a validade. O PT anunciou que vai recorrer da decisão à Justiça.

O partido denuncia que o governo cometeu um crime contra o povo. E o pior, aprova a venda da Eletrobrás em pleno risco de apagação por conta da condução irresponsável do setor de

energia pelos governos Temer e Bolsonaro. A legenda alerta que o país não pode abrir mão do controle acionário da empresa-mãe que controla usinas elétricas e nucleares, um recurso estratégico para o desenvolvimento do país pelas próximas décadas. O senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da Minoria no Senado e um dos poucos especialistas em energia no Congresso, denunciou o erro cometido pelo Senado, que vai custar caro ao povo brasileiro.

“A MP da Eletrobrás tem dois grandes pecados”, pontua o parlamentar, que é presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás. “O primeiro é a privatização em si. Já o segundo vai prejudicar o consumidor brasileiro por anos. A proposta cria cartórios para vários setores e o mais danoso é o das distribuidoras de gás”, explica. “Lutamos pela rejeição da MP integralmente e pedimos ao governo para começar com um projeto de lei que pudesse ser discutido nas comissões. Mas o Senado preferiu aceitar essa proposta indigesta que irá aumentar a conta de luz e trazer prejuízos ao meio ambiente”, alerta.

Após a aprovação da MP, o PT chegou a tentar uma nota estratégica para tentar suprimir um dispositivo da medida, que mantém as garantias da União para empréstimos, mesmo após a privatização. O objetivo era impedir que a União continue sendo avalista de operações da nova empresa, que será privada. Ou seja, se a empresa privada não pagar o empréstimo, quem terá que pagar será a União com recursos públicos. No entanto, o destaque foi rejeitado por 41 votos a 32.

Jean Paul criticou com veemência os acordos que alteraram quatro vezes em menos de 12 horas o parecer do relator, o senador Marcos Rogério (DEM-RO). “Não estamos falando aqui de questões técnicas, estamos falando de barganhas que estão acontecendo nas últimas horas. Em vez de recursos, estão negociando megawatts, mas que são subsidiados, que vão para a conta de luz do cidadão”, advertiu. “Isso é uma vergonha! Estamos tratando disso como se fosse uma xepa energética, e não podemos ter a irresponsabilidade de fazer uma quermesse de megawatt para cá e para lá”.

Ele denunciou que o Senado conseguiu piorar o projeto do governo. “Conseguimos, com essa



Alessandro Dantas

SENADOR JEAN PAUL PRATES:

“CONSEGUIMOS UMA MP ESQUIZOFRÊNICA. É LIBERAL QUANDO PRIVATIZA E TAMBÉM CRIA RESERVAS DE MERCADO PARA EMPRESAS”

pressão, fazer uma medida provisória esquizofrênica. É liberal quando privatiza, porque vende direto o controle da empresa mas, por outro lado faz exatamente o contrário, porque cria cartórios e reservas de mercado para determinados grupos empresariais, o que é completamente antiliberal”, destacou.

O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), também denunciou as barganhas promovidas pelo Palácio do Planalto, que atuou diretamente num jogo de varejo para acelerar a votação. “É muito grave o que o governo está impondo ao Senado. Não tinha maioria de votos, então começou a barganhar para atender a interesses individualizados. Mas está errado quem pensa só em seus estados. Estamos falando do sistema elétrico do tamanho desse país, com todas as diferenças regionais. É um instrumento

estratégico para o desenvolvimento brasileiro”, afirmou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) diz que a privatização é um retrocesso, desde o projeto original do governo até as versões da Câmara e do Senado, que pioraram o texto original. “Estamos criando um dragão. O relatório atual manteve jabutis e acrescentou outros para atender demandas paroquiais e garantir a aprovação da matéria até o último minuto. Isso é inadmissível!”, disse.

Paim chama a atenção para as 634 emendas apresentadas no Senado, que demonstram claramente a falta de entendimento sobre o assunto. “A proposta, além de criar uma reserva de mercado, prejudica a competição no setor e coloca o Brasil na contramão do mundo, que caminha na direção de ampliar as fontes de energia renováveis que garantam a segurança de abastecimento”, afirmou. •

A QUINTA MAIOR EMPRESA DE ENERGIA RENOVÁVEL DO MUNDO

A Eletrobrás é a maior empresa de energia elétrica do Brasil e da América Latina e a quinta maior empresa de energia renovável do mundo. Com geração de 13.803 empregos diretos, oferece tarifas justas e segurança energética à população em todo o território nacional. Agora, ficou à mercê de ser privatizada por um valor irrisório por um governo entreguista e neoliberal que pretende fazer a população pagar a conta.

A pressa do presidente Jair Bolsonaro sequer tem como base estudos de impactos socioeconômicos e ambientais, tampouco de precificação. A Medida Provisória, aprovada no Senado Federal, traz riscos iminentes à soberania energética como o aumento de tarifas e de retrocesso a fontes de energia poluentes. O projeto ainda precisa ser aprovado novamente pela Câmara, que tem até terça-feira para sacramentar a venda da estatal, ou a MP vai caducar. Tratar a privatização do ativo mais estratégico do setor elétrico brasileiro com tamanho açodamento é temerário.

A ex-presidenta Dilma Rousseff, que foi ministra das Minas e Energia no governo Lula e secretária de Energia no Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra, alerta para o risco que o país vai atravessar. “Um crime está em vias de ser cometido contra a nação e o povo brasileiro: a privatização da Eletrobrás. A energia produzida pelas grandes hidrelétricas, cujo investimento os brasileiros já pagaram, vai ser privatizada. Vamos pagar outra vez essa energia em nossas contas de luz”, avisa.

Ela lamenta que o Congresso se prepare para aprovar a MP justamente quando o país enfrenta uma ameaça de novos apagões, como ocorreu em 2001 com o governo Fernando Henrique Cardoso. “Agora que, por falta de planejamento, estamos outra vez diante do colapso no setor elétrico, com ameaça de racionamento e apagão. Isto elevará a conta de luz a valores astronômicos”, acrescentou a ex-presidenta.

“No setor elétrico brasileiro o planejamento é plurianual: horizonte de cinco anos para cons-

truir hidrelétricas e três anos para termoelétricas”, lembrou Dilma. “A falta de chuvas em um ano só leva a racionamento se não tiver ocorrido monitoramento adequado e planejamento efetivo nos anos anteriores”, continuou. Dilma foi afastada da Presidência da República por um impeachment sem crime de responsabilidade em 2016. “Privatizar a Eletrobrás é tirar do país um instrumento para evitar a falta de energia e os racionamentos”, pontua.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da Minoria no Senado, denuncia que o governo está cometendo um grave erro político e econômico com consequências graves para o Brasil pelas próximas décadas. “Não só se obriga a viabilizar térmicas a gás onde não há gás, como impõe ao consumidor essa solução simplista, ineficiente, direcionada, subvencionando a instalação e operação de gasodutos de longo curso, desnecessários, que com a transição energética se tornarão elefantes brancos, em dois ou três anos”, alerta. •

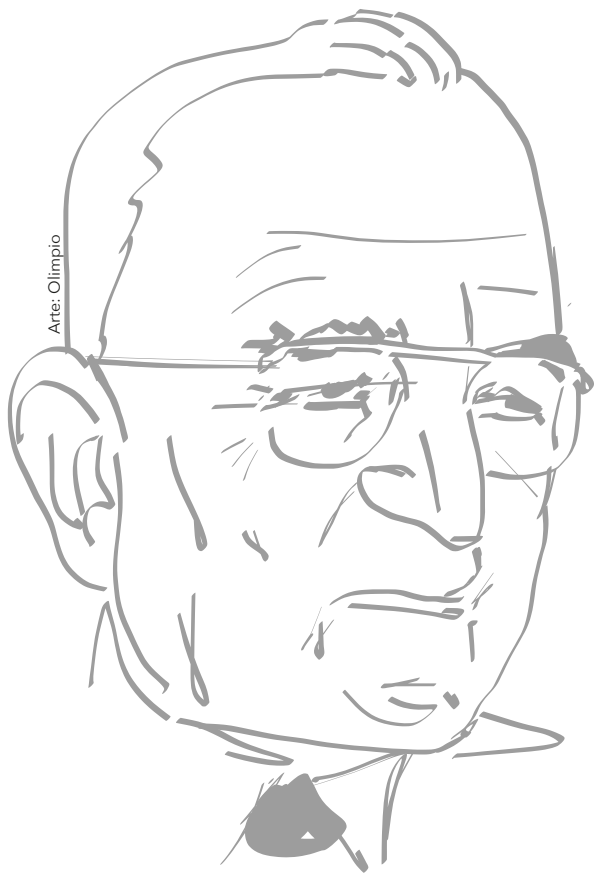
AMAPÁ SOFRE 5º APAGÃO EM MENOS DE UM ANO. EMPRESA É PRIVADA

Algumas cidades do Amapá passaram novamente a quarta-feira, 16, por mais um apagão no sistema elétrico que abastece o estado. Foi o quinto blecaute registrado em um espaço de tempo de apenas sete meses. O número de municípios atingidos por esse novo desligamento do sistema não foi informado, mas de acordo com o Ministério de Minas e Energia, houve um desligamento na subestação Macapá, administrada

pela Linhas de Macapá Transmissora de Energia. A empresa privada, ligada ao grupo espanhol Isolux, ainda está apurando as causas do acidente.

A série de apagões no estado teve início em novembro do ano passado, quando a população ficou quatro dias totalmente no escuro e mais 20 dias tendo acesso a fornecimento precário de energia. Foi considerado um dos maiores blecautes no país desde de 1999.

A falta de energia elétrica provocou inúmeros prejuízos à população de 13 dos 16 municípios do Amapá, que conviveu com a precariedade dos serviços, sem fornecimento de água, telefonia, internet, além do medo e da insegurança por vários dias seguidos. Na época, cerca de 700 mil pessoas foram afetadas. Foi necessário que trabalhadores da Eletrobrás atuassem para consertar o problema. •



70 ANOS DEPOIS, UM TIRO NA ENERGIA DO BRASIL

Por Fernando Brito | [Tijoloço](#)

Há 73 anos, na sua Carta Testamento, Getúlio Vargas deitou à sabotagem as fontes de energia do Brasil boa parte das razões da conspiração que o levou ao suicídio:

“Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre”.

Naquele Brasil, a falta de luz era constante nos centros industriais do país – São Paulo, Rio e Minas – e nem pensar que o interior rural tivesse energia: mesmo as cidades menores que a tinham eram servidas por uma corrente elétrica fraca, oscilante e quase diariamente interrompida.

Em sete décadas, o Brasil ganhou capacidade de construção e operação de hidrelétricas nos maiores padrões mundiais de engenharia e de linhas de trans-

missão raramente igualadas no planeta, inclusive com inovações como a transmissão em altas voltagens de corrente contínua, com baixos níveis de perdas no deslocamento da energia.

O país foi, paulatinamente, construindo sua autossuficiência elétrica, numa matriz extraordinariamente limpa frente aos demais países do mundo.

Tudo isso acaba um pouco com a venda a toque de caixa, da Eletrobrás.

Foi, na expressão do senador Jean Paul Prates (PT-RN), uma “quermesse energética”. Os senadores, como antes os deputados, desenharam um monstrego para que se garantisse a montagem, com compra compulsória de térmicas a gás, onde nem sequer há gasodutos que as abasteçam. Pequenas centrais hidrelétricas, que podem suprir sistemas locais, são extremamente dispendiosas se não consideram as necessárias integrações a grandes redes de transmissão.

Tem todos os temperos do retrocesso: a exclusão do Ibama

e da Funai do licenciamento de linhas de transmissão de energia que atravessem terras indígenas é uma porteira aberta para a devastação destas áreas.

Os investimentos obrigatórios podem até, no médio prazo para alguma produção de energia – esqueçam a possibilidade de influírem na crise atual – no médio prazo, mas não oferecem ao país um horizonte de oferta abundante de energia barata.

Ao contrário, é energia mais cara, agora e depois, porque investimentos de baixo retorno terão de ser remuneradas pelos consumidores e ninguém porá dinheiro na Eletrobrás privatizada para ter retorno em longo prazo, como é característica do setor.

A última e pequena esperança estão em que a Justiça barre a monstruosidade que se está consumando no Legislativo. Difícil: o Judiciário, sempre tão ativo quando se trata de interferir na política, em geral é pouco interessado em interferir em algo que diz respeito a nossa própria soberania como Nação. •

O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE

Brasil está atrasado. Enquanto o mundo avança na recuperação, o país está estagnado, preso numa terceira onda da Covid, devido ao descaso do governo Bolsonaro

Por **Guilherme Mello**

Na aparência, a economia brasileira começou a trilhar um rumo de recuperação após a profunda recessão de 2020, provocada pelos efeitos devastadores da pandemia da Covid-19 na economia doméstica e global. Na realidade, estamos atrasados: enquanto outros países já estão promovendo a chamada “reabertura” de sua

economia, ampliando os horizontes e encaminhando uma recuperação vigorosa e sustentada, o Brasil vive uma terceira onda de Covid devido ao descaso do governo no combate a pandemia, o que impõe uma série de dúvidas e restrições ao percurso da economia nos próximos meses.

Ainda mais grave que o atraso e as incertezas, são as características dessa recuperação. Talvez sua principal marca seja a da desigualdade, que se expressa do

ponto de vista setorial (com alguns setores se recuperando em ritmo mais veloz que outros), regional e de renda. É o que alguns economistas tem chamado de “recuperação em K”, onde a partir de um patamar rebaixado de atividade e emprego, alguns setores e atores econômicos se recuperam rapidamente, lembrando a tão propalada recuperação em V, e outros ficam para trás, vendo seus rendimentos diminuídos.

Alguns indicadores demons-

tram claramente o que estamos falando. Enquanto o lucro das empresas de capital aberto cresceu 245% em relação ao mesmo período de 2020, marcado pela recessão devido a primeira onda da Covid, a renda das famílias apresenta queda de cerca de 10% no mesmo período. O aumento da pobreza fez com que a miséria alcançasse novo recorde, atingindo 14,5 milhões de famílias.

Enquanto isso, a inflação para baixa renda se aproximando de 9% no acumulado de 12 meses, o desemprego e o desalento batem recorde e a o endividamento das famílias voltou aos patamares do pior momento da crise de 2016. Todos esse elementos somados explicam o expressivo aumento da desigualdade de renda neste início de ano, que se expressa em um aumento do índice de Gini das rendas efetivas do trabalho de 0,642 para 0,674 entre o início da pandemia e o momento atual.

Parte do otimismo dos análises repousa sobre os mais recentes indicadores de atividade, em particular o PIB do primeiro trimestre, que veio acima do esperado. Apesar de positivo, a composição do resultado evidencia as dificuldades da recuperação pós-Covid. O consumo das famílias recuou e o setor de serviços ainda se encontra abaixo do volume de antes da pandemia. O consumo do governo também se retraiu em um momento de profunda recessão, demonstrando a incapacidade do governo de fazer frente a pandemia.

O aumento do investimento se deveu ao efeito puramente contábil da importação de plataformas de petróleo (construídas no passado) e do acúmulo de estoques agropecuários e metálicos. As importações cresceram fortemente (11,6%), em grande medida pela contabilização da importação das plataformas de petróleo, não indicando necessariamente uma

recuperação do consumo e do investimento "novo". As exportações também avançaram, mas bem menos (3,7%), na esteira do aumento da demanda externa e do preço das commodities, além da boa safra agrícola.

Pela ótica da oferta, o setor de serviços segue em dificuldades, tendo crescido apenas 0,4% e ainda apresentando retração (-0,8%) frente ao mesmo trimestre de 2020. Isso se deve em grande medida ao isolamento social e a retração da renda das famílias. A

ENQUANTO O LUCRO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO CRESCERAM 245% EM RELAÇÃO A 2020, A RENDA DAS FAMÍLIAS CAIU 10%

indústria cresceu 0,7% na comparação com o trimestre anterior, puxada principalmente pela indústria extrativa (3,2%) e pelo setor de construção (2,1%).

Apesar disso, a nova Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) indica forte queda da produção industrial em abril e o aumento de juros deve afetar negativamente o setor de construção civil residencial e comercial, que vinham atravessando um "boom" devido as taxas de juros em patamares histórica-

mente reduzidos. A agropecuária é certamente o maior destaque, com crescimento de 5,7%, na esteira da safra recorde de soja (indicando também aumento da produtividade no setor). Com esse resultado, o peso do setor agrícola cresceu e cada vez mais nos tornamos uma espécie de país agroexportador.

Em suma, o crescimento superou as expectativas (que eram em média de 0,8%), mas apresenta uma composição preocupante. Apesar disso, devido ao carregamento estatístico de 2020 (próximo a 3,6%) e ao crescimento do primeiro trimestre, mesmo que a economia fique estagnada no restante do ano, o crescimento ao final de 2021 deverá ser próximo de 5%.

O número basicamente recupera o que foi perdido em 2020 e, apesar de garantir um discurso otimista para o governo, não representa uma trajetória de crescimento sustentável e deve afetar muito parcialmente o mercado de trabalho. As previsões para 2022 são de baixo crescimento (2,25%), tanto devido a fraqueza do mercado interno, quanto devido a reversão do carregamento estatístico para o próximo ano.

Puxado pelo setor extrativista e pela exportação de commodities, a economia brasileira dificilmente atravessará um período sustentado de recuperação. Mesmo que o faça, a marca desse tipo de recuperação será a volatilidade, dada a dependência do preço das commodities) e a crescente desigualdade, que já está sendo nitidamente percebida nos indicadores atuais. É uma recuperação frágil e concentradora, reafirmando que no Brasil o velho bordão da canção popular segue sendo válido: "O de cima sobe e o de baixo desce". •

Economista e sociólogo, é mestre em Economia Política pela PUC-SP e doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp

GOLPE DE 2016

ESTADO DE EXCEÇÃO MAIS FORTALECIDO

Retrocessos não se limitam às áreas sociais, cortes no orçamento, privatizações e agenda neoliberal. A queda de Dilma revelou a politização do Judiciário e das Forças Armadas, sintomas graves da crise institucional que o país vive há cinco anos

Passados cinco anos do Golpe de 2016, os retrocessos e ataques ao Estado Democrático de Direito avançam. A politização do Judiciário e órgãos indispensáveis à prestação jurisdicional e a politização das Forças Armadas são facetas preocupantes deste processo que sinalizam o risco cotidiano do fortalecimento do Estado de Exceção em que vivemos. O momento é grave e o Brasil sangra e se desfaz como Nação depois do golpe.

A politização do judiciário é consequência e, ao mesmo tempo, motor do golpe que tantos retrocessos causou ao Brasil. A função proeminente que a jurisdição assumiu no quadro da Constituição de 1988, com robustas garantias de independência para a magistratura e autogestão institucional facilitou o acesso à Justiça e multiplicou as demandas.

Como efeito reflexo, criou forte disfuncionalidade no descontrole de seus procedimentos. A grande visibilidade que adquiriu no deslinde de controvérsias sobre questões fundamentais da sociedade levou, também, a uma indevida busca por “popularidade”, isto é, aceitação pela opinião pública.

Em consequência, assistimos ao atrelamento da função jurisdicional à mídia corporativa e a suas escolhas políticas. A transmissão televisiva de acirrados debates em cortes superiores, em especial no Supremo Tribunal Federal, levou à interferência de agendas externas no processo decisório. Esse fenômeno, que já fora observado no julgamento da Ação Penal 470, do chamado Mensalão, se espalhou na cultura judicial da primeira instância também em casos notórios

de perseguição de crimes contra a administração pública, como na chamada Operação Lava Jato.

As escolhas da mídia corporativa têm interesses pouco democráticos. Desde o início dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, houve sistemático ataque a suas ações que, aparentemente, não atendiam às mais pautas da agenda neoliberal. O Judiciário, na busca de aceitação e sem capacidade de atuação corretiva contramajoritária, aderiu à campanha e não só condenou criminalmente o núcleo duro partidário, como também se manteve inerte diante do golpe parlamentar levado a efeito contra a presidenta Dilma Rousseff.

Pior ainda, os tribunais assumiram, de forma acrítica, os pressupostos falsos e não provados das acusações contra o Lula, para, ao final, determinar sua prisão e ex-

cluí-lo das eleições de 2018, onde figurava, em pesquisas, como candidato mais forte para a Presidência da República.

Tanto o Tribunal Superior Eleitoral quanto o Supremo Tribunal Federal ignoraram medida provisória do Comitê de Direitos Humanos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU, que determinava a liberação de Lula para fazer campanha eleitoral. A desobediência se deu com base na equivocada interpretação do tratado, de que as determinações do comitê não seriam mais do que meras recomendações e não vinculariam o poder judiciário doméstico.

Cinco anos após iniciadas as invectivas contra Lula, e depois de ele ter passado 580 dias preso, o Supremo Tribunal Federal acabou por reconhecer a suspeição do juiz Sérgio Moro, que o condenara, bem como a incompetência de sua 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba. O julgamento final sobre a suspeição de Moro acontece no dia 23 de junho, quando o plenário do STF retoma o caso e já há maioria para manter a decisão da Segunda Turma declarando-o suspeito. Ainda faltam votar Marco Aurélio Mello e o presidente da corte, ministro Luiz Fux.

O tardio reconhecimento da injustiça praticada só se deu em virtude do vazamento de mensagens trocadas, por aplicativo eletrônico, entre os procuradores da República e o ex-juiz que articularam a condenação. Esse vazamento criou o ambiente político propício à correção de rumos, provando, mais uma vez, o atrelamento do Judiciário à opinião pública, com consequente politização de suas decisões. •

A POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO E DAS FORÇAS ARMADAS SÃO FACETAS PREOCUPANTES DO ESTADO DE EXCEÇÃO EM QUE VIVEMOS



A MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA

Oficiais das Forças Armadas agora ocupam cargos chave e respondem por metade dos postos de comando de ministérios e de empresas estatais. Nem assim, o nacionalismo do passado reacende. Por ora, a ordem é entregar a Nação

Desde o golpe, já no governo Temer, tem crescido o número de militares cedidos para cargos civis no governo federal ao longo dos últimos anos. Tal processo foi acelerado no governo de Jair Bolsonaro, com aumento de cerca de 55%, entre 2018 e 2020, da presença de militares na administração federal, conformando uma tendência à militarização da gestão pública.

Os militares são o grupo com maior presença na Esplanada de Bolsonaro. Até o final de 2020, ocupam dez ministérios como titulares, quase a metade da totalidade das pastas. Ademais, entre 2016 e 2020 cresceu em 34,5% o número de oficiais em cargos comissionados.

As FFAA ocuparam o GSI e a Defesa, mas também marcam presença em áreas estratégicas para grandes projetos e investimentos, como Infraestrutura, Minas e

Energia e Ciência, Tecnologia e Comunicações. Mais ainda, estão na área jurídica, comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e a CGU, além de órgãos de natureza fundamentalmente política na estrutura da Presidência da República, como a Secretaria de Governo, a Secretaria Geral e a Casa Civil.

Chama atenção a presença no Ministério da Educação, nas áreas ligadas ao ensino superior. Mas também no Ministério da Saúde, atuando na Anvisa; na Agricultura, ocupando o Incra; nos Direitos Humanos, ocupando a Funai; na Cidadania, ocupando Esportes; no Desenvolvimento Regional, à frente do departamento responsável pela defesa civil.

Ainda marcam presença em áreas-meio, de gestão, em diversos ministérios, tais como planejamento, orçamento, licitação, logística, projetos e comunica-

ção. Estão presentes também em postos de direção e em conselhos de administração de algumas das maiores estatais do país, como Petrobrás, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Telebrás, Correios e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Os militares e a indústria naval estão em diálogo. As estatais ligadas aos militares têm sido fortalecidas, ao contrário das demais. A Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), vinculada à Defesa e à Marinha, teve capital aumentado em R\$ 7,6 bilhões. A Infraero, dirigida por um tenente-brigadeiro, recebeu aporte de R\$ 1,5 bilhão. A Telebrás, subordinada à pasta do militar-astronauta, R\$ 1 bilhão.

No caso da Infraero, o Tesouro respondeu a exigências contratuais de concessões passadas e, no caso da Telebrás, o volume foi para pagar despesas básicas, medidas típicas de pré-privatização. Mas,

no caso da Emgepron, há projetos com potencial estratégico e mobilizadores de investimentos industriais. Num e noutro caso, com ou sem projeto de desenvolvimento, o fato é que os militares ocupam instituições com potencial efeito positivo sobre as taxas de investimento, crescimento e lucro.

Na estratégia dos militares, a Amazônia Verde e o Atlântico Sul são fronteiras decisivas. Mas, como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) passa pelo alinhamento com a potência hegemônica e composição com oligarquias locais. As fardas não se constroem em se associar ao projeto neoliberal de desmonte do Estado e abertura desregrada do mercado.

Nem tampouco com o projeto neoconservador de degradação ambiental com predação agrária, minerária e energética. É que, nesses casos, proteger a floresta e o mar significa, antes de mais nada, protegê-los dentro dos marcos do direito privado e não das noções de bem público.

Do ponto de vista econômico, merece atenção a maneira como a Defesa tem passado por incrementos que vão na contramão da política econômica ultraliberal em curso. Em 2019-2020, o Ministério da Defesa teve seu maior orçamento: R\$ 105 bilhões.

A DEFESA VAI NA CONTRAMÃO DA POLÍTICA ULTRALIBERAL. EM 2019-2020, O MINISTÉRIO TEVE SEU MAIOR ORÇAMENTO: R\$ 105 BILHÕES

Nesse cenário, merece destaque a viagem de Bolsonaro aos EUA, seu encontro com Donald Trump, suas reuniões com empresários do setor de energia e infraestrutura e sua visita às instalações militares do Comando Sul. Ao que tudo indica, as tratativas por trás dessas missões buscaram dar consequência a acordos de cooperação militar iniciados ainda no biênio 2017-2018, com Michel Temer, como o *Master Information*

Exchange Agreement (de troca de informações tecnológicas militares), o *Acquisition and Cross-Servicing Agreement* (de apoio logístico e de serviços militares), o *Space Situational Awareness* (de uso do espaço exterior e aéreo para “fins pacíficos”).

Um dos principais desdobramentos da última viagem de Bolsonaro aos EUA, segundo os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, foi a divulgação do acordo *Research, Development, Test e Evaluation* (RDT&E), que estabeleceu parcerias entre as bases industriais de defesa dos dois países, envolvendo valores que podem chegar a US\$ 96 bilhões, segundo o Itamaraty.

Por trás das promessas de parceria industrial estratégica, transferência tecnológica e propriedade intelectual compartilhada, o que deve ocorrer é a projeção dos interesses americanos sobre o Brasil, em troca de alguns investimentos no país. Isto vem a calhar para a soberania dos EUA e para a subalternidade do Brasil, pois a potencialização da indústria de defesa do país pode criar algum estímulo para a indústria local, ainda que seu efeito multiplicador não seja capaz de mitigar os profundos problemas econômicos do país. •


UMA PREVIDÊNCIA ESPECIAL GARANTE PRIVILÉGIOS

Vale lembrar ainda que, entre os servidores públicos, os militares são os que custam mais caro para a previdência. Apesar disso, a reforma da previdência militar sancionada em 2019 deu mais vantagens a essa categoria. Quando comparada à reforma dos trabalhadores da iniciativa privada, os militares poderão receber salário integral ao se aposentar, não terão idade mínima obrigatória e pagarão con-

tribuição de 10,5% (enquanto os demais pagarão entre 7,5% e 11,6%). Apesar de algumas diferenças na transição, tais regras também valem para policiais militares e bombeiros dos estados.

Os militares foram a única carreira do serviço público a ter aumento salarial garantido para 2020, enquanto o congelamento foi a regra geral para todas as demais categorias. O reajuste do

saldo de praças chega a 13%, com a inclusão de outros benefícios relacionados à reforma na carreira militar, tais como aumento do adicional de disponibilidade, pago aos militares da reserva que podem ser reconvocados; aumento do adicional de habilitação, gratificação paga para cada curso ou treinamento concluído pelo militar; além de uma ajuda de custo para aqueles que deixam a ativa. •



HIERARQUIA E DISCIPLINA

As polícias militares, que deveriam ser apenas uniformizadas, ostensivas e preventivas das ocorrências criminosas, se tornaram instituições em guerra contra a sociedade. Se hierarquia é o poder de mandar, com direito de exigir obediência, disciplina é aceitação das regras e normas em contexto social

A militarização da vida política brasileira, desde que um golpe militar instituiu a República em 1889, seguiram a militarização das polícias civis que já foram chamadas de polícia judiciária, das guardas municipais que se esparramam pelo país como se fosse uma pandemia e, agora, chega às escolas que se chamam cívico-militares. O fundamento ideológico é de que em tais espaços há hierarquia e disciplina. Mas, estas palavras expressam conceitos e sem os compreender ficamos a lhes atribuir significados diversos.

Hierarquia é palavra de origem religiosa que tornava o “hierarcos” incontestável, porque falava em nome de uma divindade. Em sentido contemporâneo é empregado nos cenários onde se estabelecem prioridades ou precedências de uns em relação a outros, em escalonamento. As organizações fundadas em escalonamentos estabelecem ordem de prioridade entre seus integrantes, bem como relações de subordinação de uns a outros, com graus sucessivos de privilégios, de prerrogativas, de

poderes e de responsabilidades. Toda a administração pública, civil ou militar, é fundada na hierarquia. Disto decorre o poder de mandar e o direito de impor a obediência. Portanto, as hierarquias não são próprias das democracias ou das repúblicas.

A militarização da vida tem levado a que praças, a quase todos subordinados na hierarquia militar, subordinem os que consideram párias na ordem social, passíveis de serem eliminados em chacinas, agora à luz do dia. Oitenta tiros num músico negro, que passeava com sua família, na periferia da cidade do Rio de Janeiro, disparados por praças do Exército durante a intervenção federal no Estado do Rio, é apenas o exemplo do que a militarização da vida é capaz. As PMs, que deveriam ser apenas uniformizadas, ostensivas e preventivas das ocorrências criminosas, se tornaram instituições em guerra contra a sociedade. O mesmo passo seguiu parcela das polícias civis, guardas municipais e empresas privadas de vigilância que adotam similar comportamento bélico. A militarização da vida é o império do autoritarismo.

Por João Batista Damasceno

Se hierarquia é o poder de mandar, com direito de exigir obediência, disciplina é aceitação do conjunto de regras e normas estabelecidos num determinado contexto ou grupo social. A disciplina é a conduta desejável de um indivíduo nas interações que estabeleça na ordem social e para a qual tenha sido socializado.

Disciplina pode decorrer de educação e socialização. Mas, também de adestramento, que significa um conjunto organizado de comandos que permite o atendimento mecânico e condicionado de uma conduta desejada. Somente uma pessoa adestrada para o desvalor da vida é capaz colocar a sua em risco mediante comando de outra que acredita ser superior.

Mas, a falácia da hierarquia e disciplina nas organizações militares vai até certo nível da escala funcional. No Brasil, não houve instituição que mais desatendeu ao dever de hierarquia e disciplina que as Forças Armadas. As constantes intervenções militares na ordem interna, desde o golpe que destronou a monarquia, é prova da indisciplina. Até impugnação de resultado eleitoral já se ten-

tou, como em novembro de 1955, quando um coronel, vinculado à Presidência, quis confrontar as instituições. Naquele tempo estava em serviço o Marechal Lott que não permitiu a violação à disciplina militar, assim como hoje não permitiria que um general de três estrelas tivesse precedência sobre generais de quatro.

Os regulamentos militares são tratados como textos sagrados quando a indisciplina é de praças ou baixa oficialidade. Mesmo esta, quando atendendo a interesses dos seus "superiores" é relevada. Exemplos são a manutenção em atividade do capitão terrorista que juntamente com um sargento pretendia matar milhares de jovens num show de MPB no Riocentro em 1981, da promoção ao generalato do coronel que conduziu a farsa da apuração do caso e do tenente processado porque revelou a jornalista seu plano de colocar bombas em quartéis no final dos anos 80. Promovido a capitão e reformado, o militar teve amplo apoio da "hierarquia disciplinada", que voltara aos porões, para ingresso na vida político-partidária.

Em 1964, a pretexto de que a anistia a cabos e sargentos concedida pelo presidente João Goulart favorecia a quebra da hierarquia, os oficiais generais quebraram a hierarquia, desrespeitaram a disciplina e protagonizaram um regime, a serviço do capital, que mergulhou o país em trevas por 21 anos. Começaram atentando contra o presidente da República e continuaram os atentados contra o Congresso, a Constituição, o STF que teve ministros cassados, bancas de jornais, igrejas e instituições da sociedade civil. Os quartéis foram transformados em centros de torturas, mortes, estupros e desaparecimentos. A 'Bomba do Riocentro' desvelou do que eram capazes e tiveram que se recolher para as sombras, de onde continuaram a tramar

contra a democracia, o Estado de Direito e suas instituições.

A quem serviram? A quem servem? *"Há soldados armados, amados ou não. Quase todos perdidos de armas na mão. Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição. De morrer pela pátria e viver sem razão"*, disse um poeta levado à insanidade decorrente de atrocidades.

Quem consulte o Estatuto dos Militares (Lei 6880/80) verá o quão é preciso nas definições dos termos. Verá também que se dizem ligados à Pátria, devem ter fidelidade a ela, que atuam na sua defesa e que são servidores especiais. Mas, não há definição do que seja Pátria para tais patriotas.

Diferentemente de pátria, Nação é o conjunto de pessoas unidas por um conjunto de valores, que ocupam determinado território e no qual estabelecem instituições que expressam organização política. A palavra não consta do Estatuto dos Militares a não ser em 16 vezes para compor as palavras 'destinação' (uma vez), 'ordenação' (duas vezes), 'subordinação' (duas vezes), 'alienação' (cinco vezes), 'condenação' (duas vezes), 'denominação' (uma vez), 'determinação' (duas vezes) e 'designação' (uma vez).

As instituições militares brasileiras se fundamentam na abstrata ideia de Pátria que sequer seus regulamentos definem e não inspiram temor em qualquer similar instituição estrangeira. Seus métodos de recrutamento, seleção, adestramento e até os uniformes são cópias dos estadunidenses. Mas, são temidas pelo povo e os 80 tiros no músico negro que passeava com sua família na periferia são apenas mais um recado para que continuemos a temê-las. Somos reféns da sentinela que deveria tomar conta da nossa casa.

Mantemos e custeamos instituições militares para nos ameaçar permanentemente. Até o STF

foi destinatário de ameaça, contemporaneamente, por um general que lembra o último discurso de Unamuno. Mas o que está estragado não é o vinho; é a garrafa. Sem profunda modificação da finalidade das Forças Armadas, o que teremos serão instituições que se acham no direito de intervir na ordem interna, determinar diretrizes para a sociedade e tutelar as instituições.

E quando demandadas para cumprimento de sua finalidade institucional continuarão a alegar ausência de recursos para atender à ordem lhes dirigida. Mas sempre se dirão organizadas com base na hierarquia e disciplina, desde que não seja dos seus próprios dirigentes, que se pretendem acima da sociedade e das instituições por ela instituídas. Não são servidores da sociedade. Não se consideram servidores públicos. São "servidores especiais da pátria". Na verdade, servem-se.

Mas a República se constitui em Estado Democrático de Direito e tem por fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Seus objetivos fundamentais são construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não havemos de ser uma 'República das Bananas', da soja ou outras commodities, com instituições subordinadas a chefetes transitórios. Mas um país soberano, livre e justo, onde reine a soberania popular.

Doutor em Ciência Política, é professor adjunto da UERJ e desembargador do TJ do Rio. O texto foi publicado originalmente [no blogue do autor](#).





O TIO SAM E A LAVA JATO

Um grupo de 23 parlamentares democratas aguarda resposta do procurador-geral Merrick Garland para saber como a principal potência mundial se intrometeu em assuntos brasileiros

Gustavo Veiga | Página 12

A lupa chegou tarde demais às implicações danosas da Lava Jato no Brasil e o papel desempenhado pelo Departamento de Estado dos EUA. Proscrito e preso Lula, com Dilma Rousseff afastada, o ovo da serpente chocou o que já se sabe. A ascensão ao Planalto de um ex-militar que reivindica a ditadura, tortura e cujo governo negacionista multiplicou as consequências da trágica pandemia.

Agora, um grupo de 23 parlamentares democratas aguarda a resposta do procurador-geral dos Estados Unidos, Merrick Garland, para saber como a principal potência mundial se intrometeu na questão interna brasileira. O que parecia impossível com Donald Trump, aconteceu com Joe Biden. Mas isso não significa que os interesses e a estratégia da Casa Branca para o país presidido por Jair Bolsonaro tenham mudado.

Talvez mais detalhes secretos da interferência de Washington na megacausa da corrupção que explodiu em 2014 possam ser aprendidos. Alguns dados foram divulgados há muito tempo. Eles fazem parte da lei (lei e guerra, coisas pelo nome) que acabou com a hegemonia do PT em outubro de 2018 e permitiu que a ultradireita subisse ao poder.

O pedido de explicações ao procurador-geral Garland de representantes do Partido Democrata é um derivado da carta que 77 legisladores brasileiros enviaram aos seus homólogos norte-americanos em 2020. O *The Nation*, veículo progressista dos EUA, divulgou o pedido de colaboração entre parlamentares. Citando o grupo de 23 democratas, que inclui Alexandria Ocasio-Cortez de Nova York, Susan Wild da Pensilvânia, Ilhan Omar de Minnesota, Rashida Tlaib de Michigan, Raul Grijalva do Arizona e Jesús 'Chuy' García de Illinois, entre outros - observou que eles estão preocupados que "os recursos que deveriam ter sido destinados à grande legislação dos EUA dedicada ao combate à corrupção tenham sido mal utilizados".

A carta para Garland foi assinada - além de representantes no Congresso - organizações trabalhistas dos Estados Unidos, como United Auto Workers, United Food and Commercial Workers e Retail, Wholesale and Department Store Union. Um sindicato automotivo, um sindicato alimentar e um sindicato de trabalhadores de grandes empresas como a Amazon. Todos exigiram na que as informações relativas à Secretaria de Estado e sua intervenção no Lava Jato sejam divulgadas.

Lawfare

As irregularidades do processo conduzido pelo ex-juiz e ex-ministro do atual governo, Sergio Moro, continuam sendo veiculadas. Embora ainda sem consequências importantes como as esperadas pela sociedade brasileira devido aos efeitos devastadores que a lei teve sobre sua democracia. A BBC News Brasil entrevistou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mendes, que apontou: se mais crimes cometidos pelo Judiciário em Lava Jato forem comprovados, mais sentenças cairiam, como a que prendeu e baniou o ex-presidente Lula.

Alguns fatos já são conhecidos e tiveram os Estados Unidos como protagonistas. Trabalho publicado na página do CELAG (Centro Geopolítico Estratégico da América Latina) pela cientista política argentina Silvina Romano em 28 de maio de 2017 aponta que "a judicialização da política tem objetivos materiais claros. Sem precisar examinar muito, percebe-se que a 'árvore' da corrupção parece estar cobrindo uma floresta: o desmantelamento da estrutura econômica brasileira".

O objetivo assim traçado era muito mais do que investigar práticas de corrupção na multinacional brasileira Odebrecht. O texto do também pesquisador do CONICET é prolífico em antecedentes da guerra judiciária sofrida pelas principais lideranças do PT. Ele explica ainda que "parece claro que uma das motivações para a espionagem foi a Petrobras e o papel do Brasil no mercado mundial de hidrocarbonetos".

A ex-presidente Dilma Rousseff foi espionada pela NSA (entidade subordinada à CIA) e, em 2013, seu ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, descreveu o incidente como "gravíssimo" e

uma "clara violação da soberania brasileira".

Um dos agentes do FBI que trabalhou lado a lado com a Polícia Federal brasileira e operadores judiciais naquele país a serviço do Departamento de Justiça dos Estados Unidos é Leslie Backschies. Citada pela Associated Press em março de 2019, ela disse sem corar: "Vimos presidentes destituídos no Brasil". E também observou "muita atividade na América do Sul. Odebrecht, Petrobras...

UMA DAS MOTIVAÇÕES PARA A ESPIONAGEM DA NSA FOI A PETROBRAS E O PAPEL DO BRASIL NO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO

América do Sul é uma região onde vimos corrupção. Temos trabalhado muito lá". Nada de novo, exceto o interesse unidirecional dos Estados Unidos na corrupção de governos que não seguem como um rebanho sua política hemisférica.

Durante a Lava Jato - para a qual foi designada em 2014 - a integrante do FBI conheceu a chamada República de Curitiba. Ela viajou para a capital carolinense com frequência semelhante à que Moro viajou para os

Estados Unidos. Já em julho de 1998 e com apenas 25 anos, o ex-ministro estrela de Bolsonaro participava do Programa de Instrução para Advogados na Escola de Direito de Harvard. Desde então, ele nunca mais interrompeu suas viagens aos Estados Unidos. Em julho de 2016 e com Lava Jato caçando corruptos, ele deu uma conferência em Washington sobre a importância da mídia no apoio às investigações criminais.

O resultado de Moro no gabinete do atual presidente brasileiro é conhecido. Por seus bons ofícios, Backschies foi premiada com um destino na cidade do sol, Miami. Desde 2019, ele chefiava a Unidade Internacional de Corrupção (UCI) do FBI, que ficou famosa por Edgar Hoover, o chefe misógino e racista que o liderou por quase 40 anos.

A política contínua de interferência dos Estados Unidos na América Latina para fins comerciais tem um marco na Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA) de 1977. É a ferramenta mais útil do Departamento de Justiça para sancionar outros estados quando os crimes econômicos são cometidos fora da jurisdição dos Estados Unidos. É um dos precursores - depois outros foram acrescentados - na instalação do conceito de extraterritorialidade, tão exposto nas políticas de Washington em relação a Cuba e à Venezuela. Desde março de 2015, o FBI estendeu sua influência nas investigações de casos de corrupção além de suas fronteiras. A do Brasil foi uma paradigmática que hoje recupera o interesse pelo Capitólio. O pedido de esclarecimentos ao procurador-geral dos Estados Unidos chega tarde, mas pode seguir assombrando a Lava Jato. •

Publicado originalmente no jornal argentino *Página 12*

LIVRO DEVASSA OS

IMPACTOS DA LAVA JATO

Obra reúne coletânea de artigos de juristas e outros especialistas para denunciar desmonte da Petrobrás e apontar os efeitos devastadores da força-tarefa de Curitiba com a destruição de importantes setores da economia nacional

Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política”, livro organizado por Fausto Augusto Jr, José Sérgio Gabrielli e Antonio Alonso Jr, mostra os efeitos deletérios da operação Lava Jato sobre a Petrobrás e denuncia o impacto destruidor da força-tarefa de Curitiba sobre setores vitais da economia nacional, como a engenharia nacional.

O livro mostra como a operação do Ministério Público surgiu apurando denúncia apresentada pelo proprietário da empresa brasileira Dunel, Hermes Freitas Magnus, e a detectar os tentáculos criminosos que, entre 2005 e 2014, obtiveram contratos substanciais com a Petrobrás e outras empresas públicas, utilizando como ferramenta o suborno de funcionários e políticos.

Mas o que era uma investigação da Polícia Federal para desmontar um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobras, se desdobrou para uma perseguição implacável ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“A Lava Jato foi tão parcial e viciada que é difícil acreditar que em algum momento ela teve como objetivo acabar com a corrupção, resgatar a decência ou buscar a verdade”, aponta o argentino Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz. “Tratou-se de uma ope-



ração política midiático-judicial - o conhecido lawfare - e teve graves consequências políticas e econômicas para o Brasil”.

Além da Lava Jato de ter destruído a Petrobrás, o setor de engenharia nacional sofreu perdas irreparáveis, congelando a etapa iniciada de crescimento, de estabilidade e saída ao exterior. Foram perdidos 3,5 milhões de empregos entre 2014 e 2017. A implantação de novos postos de trabalho - cerca de 3 milhões - foi paralisada. Além disso, e em linha com esses números, o PIB acumulou cifras negativas e o crescimento previsto estagnou.

Além dos impactos econômicos, há ainda a ascensão da extrema-direita ao poder com Jair Bolsonaro em plena pilhagem do Estado. E a

sociedade sofrendo os piores flagelos deste neoliberalismo extremo, com uma polícia sem ordem e uma Justiça a serviço do poder.

Para Noam Chomsky, um dos mais respeitados intelectuais vivos do planeta, a imprensa reagiu, como era de se esperar, com alarme à revelação da corrupção de Sergio Moro, incluindo sua intervenção totalmente indevida no caso contra Lula. O ex-presidente chegou a permanecer preso por 580 dias e foi impedido de concorrer à Presidência em 2018.

O grande mérito do livro - segundo Chomsky - é revelar a história oculta de como um programa que na aparência visava acabar com a corrupção foi convertido em uma arma de guerra de classes internacional, com graves consequências para o Brasil. Para Pérez Esquivel, a leitura do livro é de enorme importância para os brasileiros e latino-americanos que desejam viver em um país sem corrupção, soberano e com justiça social.

Quem escreve: Baltasar Garzón, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, William Nozaki, Paulo Moreira Leite, Gisele Cittadino, Fausto Augusto Junior e Sérgio Nobre, Luiz Fernando de Paula e Rafael Moura, Fábio Kerche e Talita Tanscheit, Carol Proner, Fernando Sarti Ferreira e Gabriel Rocha Gaspar. •

O livro da Expressão Popular já [está à venda na internet](#), por R\$ 32.



AMEAÇA AUTORITÁRIA AOS ARTISTAS E INTELLECTUAIS

No Brasil pós-golpe, a classe artística é alvo de ataque e colocada como inimiga a ser abatida pelo governo Bolsonaro. O país vive tempos de retrocesso profundo depois de anos de política inovadora para o setor desenvolvida por Lula e Dilma

Os governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2015, propiciaram o mais intenso desenvolvimento de políticas culturais da história brasileira, com base em uma perspectiva inovadora, que redimensionou o papel do Estado na área da cultura. Até então, o Estado havia delegado ao mercado, via incentivo fiscal, a atuação no campo cultural. Nos governos do PT, o Estado passou a oferecer condições estruturais para que a diversidade de expressões, faze-

res e práticas culturais pudessem ser acolhidas, impulsionadas, fortalecidas e capilarizadas na cena nacional e internacional.

Diante de um histórico anterior de políticas tímidas, erráticas e intermitentes, o Ministério da Cultura adotou uma política ativa de tratar a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, como um direito de todos, como inscrito na Constituição de 1988. O novo posicionamento da gestão cultural ensejou a criação do Plano Nacional de Cultura e do Sistema

Nacional de Cultura (SNC), ambos incorporados à Constituição, e a organização de programas relevantes, a exemplo do Brasil Plural, Revelando Brasis, DOC-TV, Brasil de Todas as Telas, Mais Cultura nas Escolas, Mais Cultura nas Universidades e o Cultura Viva, tornado lei no governo de Dilma Rousseff. Os governos liderados pelo PT efetivaram uma política inovadora nos territórios com protagonismo dos agentes e fazedores culturais e valorizando a diversidade cultural brasileira.

O novo conjunto de políticas públicas ensejou a formação de agentes culturais pelo país, dinamizando o setor e aumentando as demandas das políticas públicas, do que é exemplo as ações na área do cinema e do audiovisual. A realização das Conferências Nacionais de Cultura tornou a participação popular elemento estruturante da elaboração de políticas, programas e ações ministeriais, mobilizou e ampliou a capacidade organizativa do campo cultural, que se apropriou das políticas públicas e se politizou.

Não surpreende, portanto, que durante o processo de impeachment, entre o final de 2015 e o começo de 2016, a comunidade artística e cultural tenha se destacado na denúncia da quebra democrática que significava o Golpe de Estado. Inúmeros atos e muitas ações nas redes sociais em defesa da legitimidade do mandato de Dilma tiveram o protagonismo do setor cultural naquele período. Esse ativismo teve sequência nos anos seguintes, com a maior parte do campo cultural assumindo posturas de defesa da democracia e contra o autoritarismo.

Diante da posição democrática dos agentes culturais, as forças golpistas e autoritárias foram explicitando uma hostilidade a todo o mundo artístico e cultural. As forças da extrema-direita adotaram uma guerra contra o mundo da cultura. Os artistas passaram a ser tratados como inimigos a serem combatidos, perseguidos e silenciados. A censura e as restrições à liberdade artística voltaram à cena no país após quase 30 anos de democracia.

O desmonte dos acúmulos multifacetados das políticas culturais no período do PT se realizou. A atitude predominante foi

destruir tais políticas, ainda que quase nada de relevante fosse colocado em seu lugar. Os cortes profundos no orçamento apontam para o desprezo pela cultura. A queda entre 2016 até 2021 foi constante, decrescendo 80% entre o governo Dilma e os míseros R\$ 43 milhões previsto para 2021 por Bolsonaro. Essa redução orçamentária sintetiza o nível de

ORÇAMENTO DA CULTURA CAIU 80% ENTRE O GOVERNO DILMA E BOLSONARO. VERBAS PARA 2021 QUASE NÃO CHEGAM A R\$ 43 MILHÕES

desqualificação das políticas culturais no país desde o golpe.

O desmonte de Temer

Com a consolidação do golpe midiático-jurídico-parlamentar, iniciou-se um processo de desmonte das instituições e das políticas culturais. Um dos primeiros atos do governo interino de Temer foi a extinção do Ministério da Cultura, criado em 1985. A medida não se concretizou devido à forte oposição da comunidade cultural, que organizou movimen-

tos como o “Fica MinC” e o “Ocupa MinC”, que tomaram as sedes do Ministério da Cultura pelo país e conquistaram, semanas após, a manutenção do ministério.

O MinC foi recriado em 23 de maio de 2016, em uma vitória expressiva do campo cultural. No entanto, sua recriação não resultou na retomada das políticas culturais que vinham sendo desenvolvidas antes do golpe. A partir de 2016, o ministério foi submetido a um processo paulatino de desidratação política, financeira e de políticas públicas.

A instabilidade marcou a gestão do ministério durante o governo de Michel Temer. Em pouco mais de dois anos e meio, passaram pela cadeira quatro ministros: Marcelo Calero (maio a novembro de 2016), Roberto Freire (novembro de 2016 e maio de 2017), João Batista de Andrade (maio de 2017 a julho de 2017) e Sérgio Sá Leitão (julho de 2017 a dezembro de 2018).

O amplo número de ministros em tão curto espaço de tempo demonstra a não importância política dedicada ao ministério e afetou profundamente a continuidade de sua atuação. As três tristes tradições desveladas sobre a história das políticas culturais no Brasil retornaram com toda força: as ausências, os autoritarismos e as instabilidades. O campo cultural voltou a viver tais tradições com uma intensidade que se imaginava superada.

Um choque entre o ministro Marcelo Calero e o então ministro Geddel Vieira Lima em torno da liberação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da construção de um edifício em Salvador, no qual o político baiano tinha interesses particulares, deto-

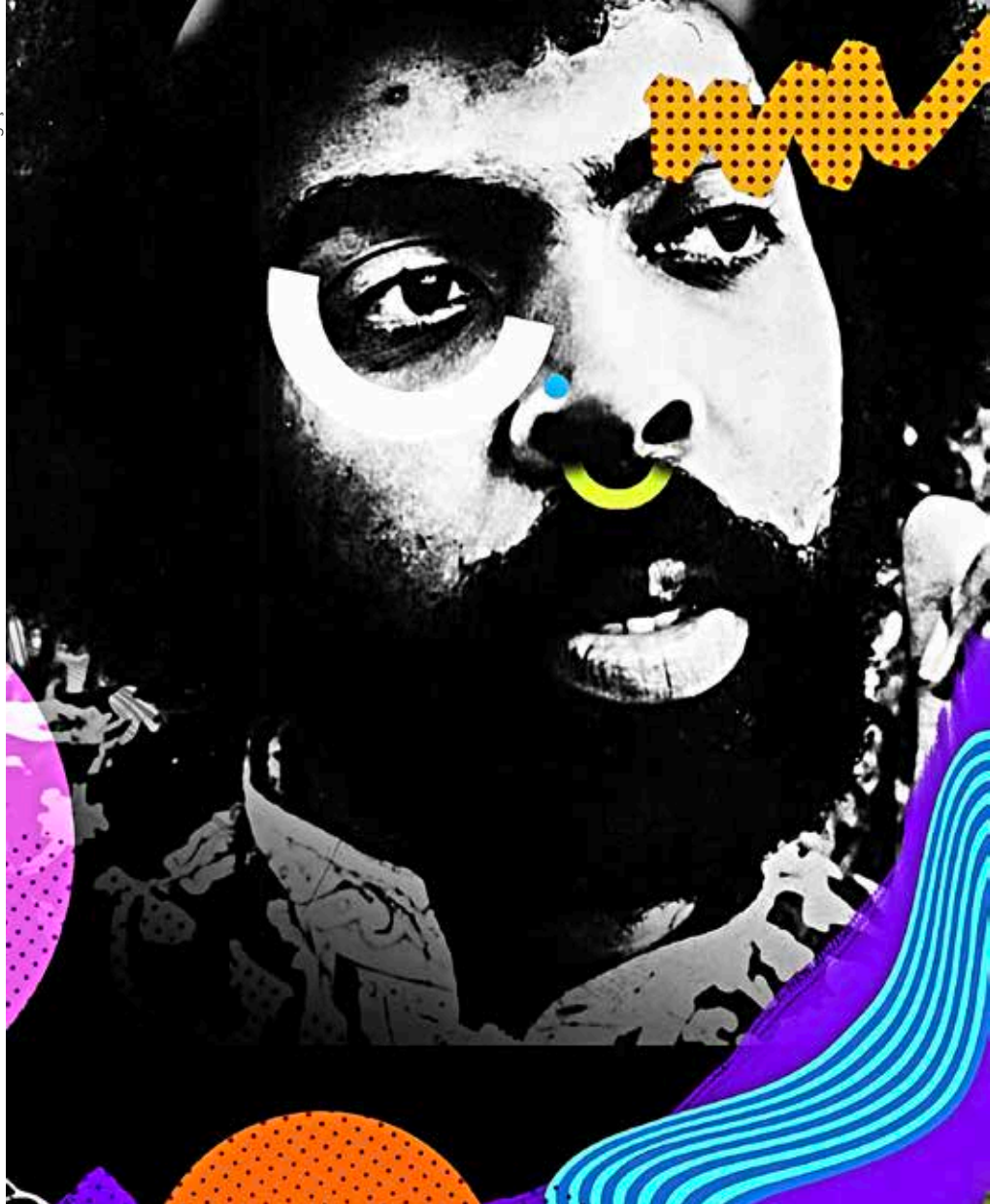
nou o primeiro gestor da cultura, com seis meses no cargo. O substituto Roberto Freire, presidente do PPS, tratou de modo fisiológico e partidário o ministério, transformando-o em quase sucursal do Cidadania, ainda que seu discurso fosse uma negação de tal empreendimento.

O cineasta João Batista de Andrade ficou como ministro interino por quase dois meses. Em atrito com o governo, pediu demissão criticando o corte de 43% do orçamento da pasta. Por fim, assumiu Sérgio Sá Leitão, que apequenou ainda mais o ministério, tornando-o um mero balcão da economia criativa, entronizada como programa para salvar a cultura.

A perspectiva adotada difere daquela assumida pela Secretaria de Economia Criativa do MinC no governo Dilma Rousseff, que buscava diálogo, nada automático e fácil, com a diversidade cultural e os criadores populares. Por contraposição a esta perspectiva, o novo enfoque privilegiou as indústrias criativas, em viés deliberadamente submetido aos interesses de grandes empresas.

Praticamente todas as políticas, programas e projetos culturais criados nas gestões petistas foram abandonados, paralisados e desmontados. O desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e o acompanhamento do Plano Nacional de Cultura foram desleixados. Programas como o Cultura Viva sofreram descontinuidades. O clima político-cultural produzido pelo golpe contaminou a sociedade brasileira com ódio, violência simbólica e física e ataques às liberdades de criação e expressão. A censura voltou a perseguir a cultura e os fazedores de cultura, diferente da ampla liberdade vivida nos governos de Lula e de Dilma. •

Divulgação



DELENDA GIL Governo Bolsonaro persegue quem não é aliado do Planalto

GUERRA CULTURAL É PARTE INTRÍNSECA DESTE GOVERNO

Bolsonaro quer apagar a história, como o esforço da Fundação Palmares para suspender homenagens a Gil e outros 26 personalidades negras da história do país

Nada estranho que a gestão Bolsonaro tenha escolhido a cultura como inimiga, em conjunto com educação, ciências, artes, universidades públicas e culturas identitárias, em especial em suas manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBTQI+ e dos povos originários. No caso da cultura, a gestão tem se caracterizado por agressões às liberdades de criação e de

expressão, pelo retorno da censura, desmonte das instituições, políticas e programas culturais, demonização da cultura e das artes e a deliberada atuação no sentido de asfixiar financeiramente a cultura.

Desde o início do mandato, Bolsonaro aprofundou o desmantelamento da institucionalidade do setor cultural, com a extinção do Ministério da Cul-

tura e sua redução a uma mera secretaria especial, vinculada aleatoriamente ao Ministério da Cidadania e depois, a partir de novembro de 2019, ao Ministério do Turismo.

Em pouco mais de dois anos, os responsáveis institucionais pela área federal da cultura já totalizaram cinco nomes: Henrique Pires (até agosto de 2019), Ricardo Braga (agosto/setembro de 2019), Roberto Alvim (setembro de 2019/janeiro de 2020) e Regina Duarte (março/maio de 2020) e Mário Frias (junho de 2020 em diante).

Além disso, muitos dos cargos de gestão das instituições nacionais vinculadas ao campo cultural foram tomados por indicações de dirigentes sem quaisquer vínculos anteriores com a área cultural: militares, fundamentalistas religiosos e militantes da extrema-direita. Em geral, são pessoas despreparadas e com posições contrárias à democracia e à diversidade cultural. Alguns, funcionando como verdadeiros agentes para a desmonte dos órgãos e das políticas, sob sua direção.

O desmonte da institucionalidade e das políticas culturais perpassou todo o ministério e órgãos vinculados. As conferências nacionais de cultura deixaram de acontecer e o Conselho Nacional de Políticas Culturais foi paralisado. Sedes regionais do ministério foram fechadas nos estados.

O Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura foram abandonados. Foi preciso que a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) tomasse a iniciativa de propor uma lei para ampliar o prazo de vigência do plano, instituído em 2010 e que havia expirado em 2 de dezembro de 2020. Com a nova lei, o plano passou a ter prazo de vigência até dezembro de 2022. A ges-

tão Bolsonaro não havia tomado nenhuma medida para avaliar a execução do plano e a construção de um novo, conforme consta na Constituição.

Os exemplos de desmonte de instituições e políticas culturais, promovidos inclusive por seus dirigentes indicados na gestão Bolsonaro, são muitos. A Fundação Casa de Rui Barbosa, por exemplo, desde a indicação da nova dirigente, passa por atritos internos e perseguições, que têm levado muitos funcionários e pesquisadores a se aposentar. O centro de pesquisas, o setor de estudos de políticas culturais e o setor de direito cultural, que tinha como seu principal projeto a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, foram praticamente desativados e seus estudos e pesquisas, paralisados.

A Cinemateca Brasileira, maior acervo de memória audiovisual (cinema, vídeo e televisão) da América do Sul, vive profunda crise e encontra-se fechada. Após o Golpe de 2016, a administração da Cinemateca foi terceirizada e, partir de janeiro de 2019, passou a ser tratada como órgão extinto, dada a situação do ministério. O contrato assinado com a instituição gestora não foi renovado em dezembro de 2019. Em maio de 2020 a Cinemateca não tinha mais recursos para funcionar e, em agosto, a gestão Bolsonaro fechou a instituição, suspendendo suas atividades. Os riscos de incêndio devido à não manutenção adequada de seus acervos colocam em sério perigo a memória audiovisual brasileira. Muitos materiais já estão perdidos e outros projetos nacionais e internacionais, que dependem da Cinemateca para sua realização, estão parados, com graves prejuízos para a cena e a produção audiovisual.

Caso emblemático de des-

monte tem sido a Fundação Cultural Palmares. O dirigente indicado por Roberto Alvim, secretário nacional de cultura exonerado por plagiar um discurso nazista de Joseph Goebbels, transformou a FCP em uma plataforma contra a comunidade e o movimento negro.

Após declarar no seu perfil em rede social que “a escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes”, a Fundação Palmares retirou, em dezembro de 2020, as homenagens a 27 personalidades, entre elas Elza Soares, Gilberto Gil, Martinho da Vila, Milton Nascimento, Conceição Evaristo, Joaquim Cruz e Marina Silva. Recentemente, o órgão anunciou a exclusão de todos os arquivos associados à Carlos Marighella e a mudança do logotipo da instituição, alegando que referência ao machado de Xangô do candomblé.

Três importantes eixos do trabalho da Fundação Palmares foram abandonados e destruídos. A defesa dos territórios remanescentes de quilombos no plano jurídico e institucional foi descartada. Na gestão atual não houve nenhuma certificação, titulação ou ações de apoio, que significassem melhoria dessas áreas. Pelo contrário. Têm sido incentivadas a invasão e as ameaças aos quilombolas.

A situação se torna ainda mais grave com a revogação da proteção ambiental dos quilombos brasileiros. O segundo eixo, destinado à preservação, difusão e intercâmbio entre as manifestações culturais de origem negra, está praticamente suspenso, sem nenhuma iniciativa, em particular com relação ao continente africano.

O terceiro eixo, também paralisado, trata da inclusão plena do negro na sociedade brasileira, por meio de palestras, seminários, oficinas, capacitações com

a valorização da cultura negra e do legado da população negra para o processo civilizatório brasileiro. Além da desativação das políticas, a gestão tem destruído seu acervo digital, iconográfico e de conteúdo. A atitude de agressões e de provocações constantes do atual gestor da Fundação Palmares encarna o espírito bolsonarista no campo cultural.

A asfixia financeira à cultura foi atitude deliberada da gestão Bolsonaro. O livro, isento de impostos desde a Constituição de 1946, por iniciativa do deputado comunista Jorge Amado, e desonerado do PIS e Confins no governo Lula em 2004, por proposta do ministro Paulo Guedes, voltou a ser taxado. Os recursos do incentivo fiscal, via Lei Rouanet, encontram-se paralisados, e o mesmo ocorre com o fomento através do Fundo Setorial de Cultura e da Ancine, levando a uma situação dramática de risco de sobrevivência da cultura e do audiovisual brasileiros. •

SÉRGIO CAMARGO É ALVO DE AÇÃO DO PT

Deputados do PT na Câmara ingressaram com ação na Procuradoria Regional da República no Distrito Federal contra o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, diante da ameaça de exclusão de livros do acervo da instituição. Em 11 de junho, a Fundação declarou que apenas 5% das obras (478 livros) cumprem a missão institucional da fundação. Os outros 95% (9.565 títulos), segundo a direção da autarquia, seriam "alheios a temática negra" ou teriam "viés marxista" ou de "militância política".

Divulgação



HOMENAGEM PT propôs Lei Paulo Gustavo para injetar R\$ 4,4 bilhões no setor

O ABANDONO DA CULTURA DURANTE A PANDEMIA

A gestão da pandemia da Covid-19 por Bolsonaro é irresponsável, incompetente e genocida. No caso da cultura, soma-se ainda uma deliberada negligência, uma vez que o governo não propôs qualquer medida específica para apoiar o setor cultural, atingido em cheio pelas medidas de distanciamento social do coronavírus. O PT apresentou no Senado o projeto Paulo Gustavo para assegurar R\$ 4,4 bilhões ao setor durante a pandemia.

Diante da inação do Palácio do Planalto, a Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020) nasceu por proposta da deputada Benedita da Silva, prevendo três frentes de apoio - renda emergencial de R\$ 600 mensais para pessoas físicas, subsídios mensais para manutenção espaços culturais, e editais, chamadas públicas e prêmios destinados ao setor.

Embora tenha sido aprovada em junho, a lei foi regulamentada somente em agosto, expressão do descaso do governo com o setor. Esta demora fez com que os R\$ 3 bilhões previstos até o final de 2020 não fossem aplicados integralmente, o que exigiu nova movimentação do Congresso, para elaborar legislação prorrogando

prazo até o fim de 2021.

Portanto, a análise da gestão Bolsonaro no campo da cultura não deve se ater ao desmonte da institucionalidade e das políticas culturais, por mais drástico que este processo seja. Simultaneamente à destruição, a guerra cultural bolsonarista pretende impor uma monocultura autocrática e autoritária com componentes negacionistas, criacionistas, fundamentalistas, terraplanistas, classistas, supremacistas, racistas, machistas, homofóbicos e preconceituosos.

É um dado novo para a compreensão do lugar que a cultura ocupa na cena política brasileira atual. Desconhecer a singularidade da cultura estar inscrita, pela extrema-direita que ocupa o poder federal, na agenda política nacional contemporânea de modo poderoso e explícito, pode dificultar a superação do autoritarismo e ultraneoliberalismo vigentes.

E os polos desencadeadores da guerra cultural, além do presidente e de seus aliados, mesmo fora do governo, antes localizados em pastas como os ministérios da Educação e das Relações Exteriores, parecem se concentrar, em 2021, na própria Secretaria Especial de Cultura. •



MARX, GUITARRAS E AMOR EM TEMPOS DE THATCHER

Sai a caixa de discos reunindo o melhor da produção da banda inglesa Gang of Four, pouco mais de um ano depois da morte do fundador, o genial guitarrista Andy Gill. Um mix de funk, punk e a cartilha marxista de estudantes de artes na Universidade de Leeds

Por Olímpio Cruz Neto

O grupo inglês Gang of Four é pouco conhecido do grande público brasileiro, mas sua influência pode ser sentida de maneira imediata sobre o rock nacional dos anos 80. Tempo em que a Legião Urbana de Renato Russo, os Titãs de Arnaldo Antunes, e bandas como Ira! e Plebe Rude faziam a cabeça dos fãs do rock em Pindorama. Todas bebiam diretamente na fonte do seminal grupo britânico, formado em 1976 por jovens estudantes de artes da Universidade de Leeds.

O Gang of Four - cujo nome remete diretamente à Camarilha dos Quatro, formada por membros do Partido Comunista da China que ascenderam ao poder no período da Grande Revolução Cultural (1966-1976) de Mao Tse Tung, e que incluía Jiang Qing, esposa de Mao, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan - é um dos mais influentes grupos de rock do pós-punk inglês. Pretenciosamente, a banda articulou um discurso de esquerda em canções dançantes de rock que ganharam enorme influência sobre nomes do pop mundial, como U2, Red Hot Chilli Peppers, Nirvana e R.E.M.

Pois saiu na Europa uma caixa reunindo os dois primeiros discos do grupo - *Entertainment!* (1979) e *Solid Gold* (1981) - e mais preciosidades reunidas em outro vinil e uma fita k7, com shows ao vivo, singles e demos mostrando que a banda soa atual e ainda está mais forte no mundo em que a extrema-direita dá as cartas em muitos países da Europa e - infelizmente - aqui também no Brasil.

O boxset *Gang of Four 77-81* mostra toda a produção da banda em sua formação original: o vocalista Jon King, o guitarrista Andy Gill, o baterista Hugo Burnham e o baixista Dave Allen. O grupo partiu



de influências diversas, mas culturalmente importantes, como a música funk, o discurso inspirado por críticas marxistas ao capitalismo - eram adeptos da Escola de Frankfurt - até o ativismo explícito contra o governo Thatcher - *Maggie*, a dama de ferro, assumiu o poder como primeira-ministra em 1979 e o exerceu com cruza e ataques diretos e brutais aos sindicatos e trabalhadores até 1990. Não à toa, a banda, articuladamente, mostrava que tinha lado, como na faixa "Not great men", do disco de estreia: "O passado vive em sua sala/ Os pobres ainda fracos, os ricos ainda governam". Uma letra ainda atual!

As observações intelectuais e estridentemente esquerdistas da banda sobre política e cultura ecoam

na música que surgiria das cinzas do punk, mesclando funk, disco e guitarras estridentes. Se o leitor conhece bandas inglesas como Bloc Party e Franz Ferdinand, ou americanas como The Rapture e Radio 4, vai reconhecer a influência.

A caixa reunindo a obra do Gang of Four sai um ano depois da morte do guitarrista e funda-

dor Andy Gill, ocorrida em fevereiro de 2020, vítima da Covid. Em novembro de 2019, Gill foi com a banda para a China e a sua mulher desconfia que o músico tenha sido infectado naquele momento. Ele voltou à Inglaterra em dezembro e imediatamente foi internado com problemas respiratórios. Quando morreu, estava reunindo amigos para a gravação de um novo disco - lançado pos-

tumamente agora em junho, como um tributo-homenagem ao eclético e essencial grupo e seu guitarrista (leia box na página ao lado).

Gill era considerado pelos amigos de banda como a estrela guia intelectual do grupo. Seu estilo de tocar guitarra - um ping pong furioso e estridente,

respondendo ao baixo e bateria, com acordes em *staccato* e oscilando estruturas de *feedback* - é o ingrediente mais impressionante do Gang Of Four.

A caixa parece uma tentativa de consolidar o legado do Gang Of Four e é uma bela homenagem de Jon King e Hugo Burnham. Projetado por King e com design do dinamarquês Bjarke Vind Normann,

GANG OF FOUR INFLUENCIOU DIRETAMENTE BANDAS COMO LEGIÃO URBANA E OS TITÃS, ALÉM DE U2, R.E.M. E RED HOT CHILLI PEPPERS

a caixa é um pacote impressionante, contendo os dois primeiros álbuns remasterizados, junto com um LP reunindo os singles do grupo, um set ao vivo inédito de 1980, um livro e uma fita cassete C90 de outtakes inéditos, raridades e demos. Um presente aos fãs com os primeiros ensaios, capturados em Leeds entre 1977 e 1978.

No boxset, há versões iniciais de "Armalite Rifle" e "Damaged Goods" - a seminal canção que os Titãs descaradamente plagiaram em "Corações e mentes", nos versos "O teu beijo é tão doce/ o teu suor é tão salgado/ Às vezes acho que te amo/ Às vezes acho que é só sexo" - (No original: *Your kiss so sweet/ Your sweat so sour/ Sometimes I'm thinking that I love you/ But I know it's only lust*). Há ainda canções sem nome gravadas no Cargo Studios em Rochdale, em meados de 1978, mostrando a mistura da banda emergente com guitarras abrasivas e muito swing em forma de pistão com um efeito impressionante.

O livro que acompanha *Gang of Four 88-71* também é exemplo de tratamento à obra dos caras. Pesquisado pelo baterista Hugo Burnham e editado e desenhado por Jon King com a ajuda do designer gráfico Dan Calderwood, as 100 páginas narram os primeiros cinco anos de existência da banda, misturando fotografia, letras e comentários, diários de turnê e tributos e lembranças de amigos e fãs da banda, incluindo Henry Rollins, Lol Tolhurst, do The Cure, Michael Stipe e Mike Mills, do REM, e membros do Pylon e The Mekons - grupos seminais do pós-punk também formados em Leeds, na mesma época. "O jeito de tocar guitarra de Andy Gill foi uma inspiração particular para mim, e eu o copieei descaradamente", escreve Steve Albini, produtor e músico, responsável pelo *In Utero*, do Nirvana. "Ele diria o mesmo sobre Wilko Johnson (guitarrista do Dr.

Feelgood), então estamos quites".

O livro vai tão fundo, que suas revelações o ajudam a ouvir um disco conhecido como *Entertainment!* de uma nova maneira. Tome "Love Like Anthrax" - um canção audaciosa que mostra King cantando uma melancólica melodia sobre decepção e o fim do amor no canal esquerdo do stereo, enquanto Andy Gill desconstrói entre dentes outra letra a canção de amor, tudo embalado com um rugido de guitarra em *feedback* agudo e ensurdecedor. A tática da dupla narrativa da canção foi inspirada por King e Gill no filme de Jean-Luc Godard *Numéro Deux* (1975). A letra de Gill era situacional, improvisada de novo sempre que a música era executada.

O livro está repleto desse tipo de preciosidade. Quem diria, por exemplo, que a frase "a mudança vai te fazer bem" que dá início a "Damage Goods" era o slogan do supermercado local em que a banda fazia compras? Há outras pepitas na caixa, como a clássica "To Hell With Poverty" ("Ao inferno com a pobreza"), com um riff matador e um baixo e bateria suingados e dançantes, que são impossíveis de ouvir parado. A letra também é uma porrada: "Para o inferno com a pobreza/ Vamos nos embriagar com vinho barato/ Para o inferno com a pobreza". Renato Russo adorava. •



ONDE COMPRAR

A caixa *Gang of Four 77-81* pode ser encomendada diretamente no site da Matador Records - store.matadorrecords.com/77-81. Ou pela [Amazon](https://www.amazon.com).

UMA CELEBRAÇÃO AO GANG OF 4 E ANDY GILL

Lançado no início de junho, *The Problem of Leisure: A Celebration of Andy Gill e Gang of Four*, é um álbum duplo de faixas de Andy Gill e a banda Gang of Four, reinterpretadas e gravadas por artistas cujas contribuições únicas para a música foram enriquecidas ouvindo o quarteto inglês.

O álbum apresenta canções de mais de 40 anos de carreira do Gang of Four, cada uma escolhida individualmente pelos artistas que fizeram as covers. Gill originalmente havia concebido o álbum para marcar o 40º aniversário do lançamento de *Entertainment!*, em 2019.

A viúva do guitarrista inglês, a ativista Catherine Mayer, explica que o plano mudou na época da morte de Andy, em fevereiro de 2020, depois que alguns artistas escolheram faixas de diferentes álbuns e épocas. "É claro que não foi concebido como um álbum de tributo, mas é reconfortante que ele tenha vivido para ver artistas que admirava entusiasticamente concordando em participar, sinalizando que a admiração era mútua".

A capa do álbum foi criada pelo artista inglês Damien Hirst, um amigo de longa data de Andy, e entre os músicos convidados a participar do álbum duplo, que já pode ser ouvido em todas as plataformas de streaming, estão Flea e John Frusciante do Red Hot Chili Peppers, Tom Morello do Rage Against The Machine, Serj Tankian do System of a Down, e Dado Villa-Lobos da Legião Urbana, além de Gail Ann Dorsey, que tocou com Bowie. Um discaço para os fãs da banda! •

21 de junho de 1970

DITADURA CAPITALIZA O TRI DA SELEÇÃO BRASILEIRA

A Seleção Brasileira conquista o tricampeonato mundial de futebol no México, com um time que ainda hoje é considerado o melhor de todas as Copas – Pelé, Rivelino, Tostão, Gerson e Jairzinho. O governo Médici aproveita o clima de euforia para massificar campanhas publicitárias ufanistas, utilizando músicas, artistas, slogans, anúncios e filmes. Muitas emissoras somam-se à estratégia. A mensagem central era a da união nacional em torno do governo, sem divergências ou contestações. A ótima marchinha de Miguel Gustavo converteu-se no hino semi-oficial da Seleção: *“Noventa milhões em ação / Pra frente, Brasil, do meu coração (...) De repente é aquela corrente pra frente / Parece que todo o Brasil deu a mão (...) Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil”*.

24 de junho de 1960

AÇÃO DOS SEM-TERRA FAZ NASCER O MASTER

Nasce o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), resultado da luta de 300 famílias de camponeses que vêm resistindo à reintegração de posse de 1.800 hectares na localidade de Faxinal, município de Encruzilhada do Sul (RS). Nos dois anos seguintes, com o apoio do governador Leonel Brizola e do PTB – e do PCB –, o Master organizaria associações rurais nos municípios gaúchos. O Master sobreviveria até 1964, chegando a se articular com Brizola e entidades estudantis e sindicais para resistir ao golpe militar.



21 de junho de 1996

GREVE GERAL ESVAZIA GRANDES CIDADES

Em ação conjunta, as três centrais sindicais mais importantes do país lideraram uma greve geral em protesto contra a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. O movimento reivindica medidas contra o desemprego, pelo reajuste de salários e a retomada do crescimento econômico. No dia da greve, as maiores cidades do país amanheceram vazias. Segundo os organizadores, 12 milhões de trabalhadores pararam em todo o Brasil, representando 19% da população economicamente ativa.

23 de junho de 1996

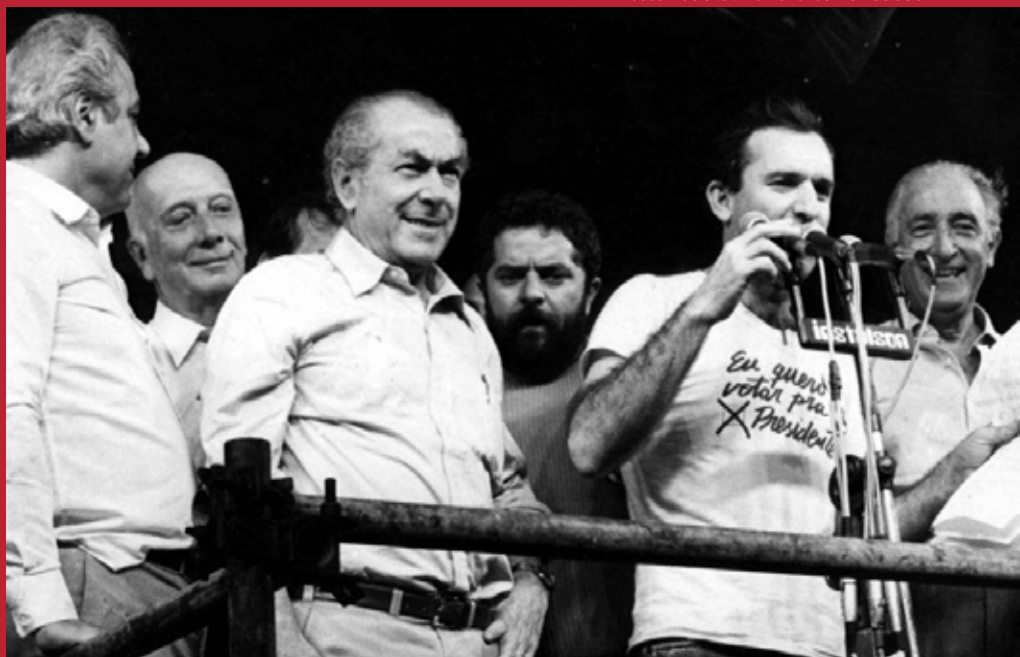
MISTÉRIO CERCA A MORTE DO EMPRESÁRIO PC FARIAS

O empresário Paulo César Farias, o PC Farias, personagem central do escândalo que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor em 1992, é encontrado morto ao lado da namorada, Suzana Marcolino, em sua casa de praia próxima a Maceió, em Alagoas. Ambos morreram com tiros no peito. O legista da Unicamp Fortunato Badan Palhares, chamado a colaborar com as investigações, atestou que Suzana Marcolino matou PC Farias e suicidou-se em seguida, qualificando o crime como passional. Entretanto, o legista alagoano George Sanguinetti e o perito criminal Ricardo Molina afirmaram que ambos foram assassinados e sugeriram a hipótese de queima de arquivo. PC fora condenado a 4 anos de prisão por sonegação fiscal e a 7 por falsidade ideológica em decorrência do esquema de desvio de recursos e lavagem de dinheiro.

21 de junho de 2004

LEONEL BRIZOLA MORRE NO RIO AOS 82 ANOS

Morre no Rio de Janeiro, aos 82 anos, vítima de insuficiência pulmonar seguida de infarto no miocárdio, Leonel de Moura Brizola, fundador do PDT, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Ele protagonizou memoráveis embates contra forças conservadoras da política nacional. Como governador do Rio Grande do Sul, foi o principal líder da Campanha da Legalidade, resistência civil que impediu o golpe após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e assegurou a posse do vice-presidente João Goulart. No Golpe Militar de 1964, já como deputado federal pela Guanabara, tentou organizar a resistência



armada. Temendo uma guerra civil no país, Jango decidiu se refugiar no Uruguai, e o plano de Brizola não prosperou. Com seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1, Brizola se exilou no Uruguai e só retornou ao Brasil em 1979, com a anistia. Em

1982, foi eleito governador do Rio. Em 1989, ficou em terceiro lugar na disputa pela Presidência, obtendo 15,45% dos votos, atrás de Lula. Em 1990, foi novamente eleito governador do Rio. Disputou a Presidência em 1994 e, em 1998, a Vice, na chapa com Lula.

24 de junho de 1966

MARINHEIROS VÃO PARA BANCO DOS RÉUS

No maior julgamento realizado no país até então, 283 marinheiros e fuzileiros navais acusados de rebelião em março de 1964 são condenados a penas que somam mais de 1.280 anos de prisão. A Revolta dos Marinheiros, que exigiam liberdade de organização e dignidade no serviço, havia sido o estopim da crise militar que levou ao golpe. A anistia concedida aos rebeldes pelo governo Jango fora considerada uma afronta à hierarquia militar. No julgamento de 1966, a pena maior, de 10 anos e 8

meses, coube a um dos líderes da revolta, José Anselmo dos Santos. O Cabo Anselmo, como ficaria conhecido, alguns anos mais tarde se revelaria um agente da repressão infiltrado na organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ele coletava e fornecia aos militares informações que lhes permitiram capturarem militantes e opositores da esquerda, incluindo sua própria noiva, Soledad Barrett Viedma, que, mesmo grávida, foi brutalmente torturada e morreria em uma prisão militar. Ele a entregou ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, que já havia se notabilizado pelo assassinato de Carlos Marighela. Soledad não resistiu às torturas e morreu.

24 de junho de 1985

‘ROQUE SANTEIRO’ EMPOLGA O BRASIL

Dez anos depois de ter sido proibida pela censura do regime militar, a novela “Roque Santeiro” estreia em horário nobre na Rede Globo de Televisão. O texto da produção, que contou com uma das maiores audiências da TV brasileira, foi escrito pelos novelistas Dias Gomes e Aguinaldo Silva, com colaboração de Marcílio Moraes e Joaquim Assis. Os autores se basearam nos personagens da peça “O Berço do Herói”, de Dias Gomes, que também fora proibida pela ditadura militar.

A ATUALIDADE DO MESTRE

Nos 160 anos de “Memórias póstumas de Brás Cubas”, a obra de Machado de Assis continua sendo um convite para um mergulho revelador da genialidade da literatura de grande escritor brasileiro

Por Alberto Cantalice

Se de alguma coisa valeu esse período de grande distanciamento social causado pela pandemia, uma delas, sem dúvida, é poder rever com os olhos da maturidade a imensidão linguística, a ironia fina e a extrema beleza da literatura de Machado de Assis.

Considerado pela imensa maioria dos críticos literários e pesquisadores ao longo da história como nosso mais completo escritor, Machado continua o intérprete incontestável da formação cultural brasileira.

Antônio Candido, um grande pesquisador da obra machadiana, disse que, em essência, o pensamento de Machado e sua visão do mundo de então é: “A transformação do homem em objeto do homem, que é uma das maldições ligadas à falta de liberdade verdadeira, econômica e espiritual”. Já o crítico literário norte-americano Harold Bloom, considerava Machado de Assis o maior escritor negro de todos os tempos.

Publicado inicialmente fragmentado entre os meses de março a dezembro de 1880, pela antiga Revista Brasileira, e impresso e lançado como livro pela Tipografia Nacional no ano de 1881, a obra que é considerada a inovação das inovações do seu estilo literário é Memórias Póstumas de Brás Cubas.

O livro é considerado um divi-

sor de águas na carreira literária do mestre. Surpreende aos leitores e leitoras já no seu princípio, quando narra o Óbito do autor: “Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa (túmulo) foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo”.

Ao longo de suas 220 páginas e 160 pequenos capítulos, descortina-se toda a trajetória de vida e as aventuras e desventuras: angústias, decepções amorosas, políticas e circunstanciais do personagem. Nada passa ao largo do observador dos cotidianos e das idiosincrasias que permeiam o caminhar da existência humana.

Talvez, nos dias atuais, o escritor fosse “aconselhado” por algum especialista de que iniciar a trama, apontando a revelação e o desenvolvimento do enredo já pelo seu final funcionaria para o leitor desacostumado das lógicas machadianas como um verdadeiro spoiler da narrativa. Isso por si só já demonstra o quão complexo é o autor. Esse “conselho” talvez valesse para qualquer iniciante, não para Machado de Assis, um genial criador, um revolucionário à frente de seu tempo.

“Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve mingua nem sobra... Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria”.

Lembrar os 160 anos da primeira publicação de Memórias Póstumas ajuda-nos a colocar luz também sobre a negritude do autor, filho de um negro brasileiro com uma portuguesa. Fundador e patrono da Academia Brasileira de Letras, foi o seu primeiro presidente.

Reler Machado, é a sensação de que o reconhecimento de sua obra ainda é irrelevante em um país onde a leitura de seus clássicos deixa a desejar. Ao Brasil profundo ainda não foi dado conhecer o melhor de sua literatura. Paguemos essa dívida. •





Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

VAITER

MAIS

FORA, BOLSONARO!

**VENHA PRA LUTA
EM TODO O BRASIL**

SIGA AS NOSSAS REDES SOCIAIS

INSTAGRAM: @FORABOLSONARONACIONAL

TWITTER: @FORABOLSONARONA

**FORA
BOLSONARO**

